



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL

Suiane Ribeiro Luz Freitas Cortes

O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA EM
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMAS-TO:
assistencialismo ou emancipação social?

Palmas – TO

2018

Suiane Ribeiro Luz Freitas Cortes

O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA EM
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMAS-TO:
assistencialismo ou emancipação social?

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II
elaborado e apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de bacharel em Psicologia
pelo Centro Universitário Luterano de Palmas
(CEULP/ULBRA).

Orientadora: Prof.a M.e Lauriane dos Santos
Moreira.

Palmas – TO

2018

Suiane Ribeiro Luz Freitas Cortes

O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA EM
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMAS-TO:
assistencialismo ou emancipação social?

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II
elaborado e apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de bacharel em Psicologia
pelo Centro Universitário Luterano de Palmas
(CEULP/ULBRA).

Orientadora: Prof.a M.e Lauriane dos Santos
Moreira.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.a M.e Lauriane dos Santos Moreira

Orientadora

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof. M.e Luiz Gustavo Santana

Avaliador 1

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof.a M.e Ana Leticia Covre Odorizzi Marquesan

Avaliadora 2

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Palmas – TO

2018

Decido este trabalho a todos aqueles que não perdem a esperança de dias melhores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao criador, pois sempre que busquei encontrei refúgio em Deus. De forma muito especial agradeço à minha mãe, que foi corajosa e abdicou da própria vida para ser mãe e pai. Todo seu esforço foi em meu favor, devo tudo a ela, e tenho muito orgulho da sua trajetória. Ao meu esposo Jonathan, por toda paciência e cumplicidade, por ser esse Superpai, e por sempre acreditar nas nossas decisões. Agradeço nossa filha Maria Helena, que me faz sentir especial, confesso que fiquei insegura com a surpresa de que seria mãe, mas hoje entendo o quanto isso me faz bem! vocês são minha inspiração diária, obrigada pelo privilégio de tê-los como minha família.

Agradeço à minha avó Helena, seu vigor e determinação são exemplos para mim. Ao meu avô José Francisco que faleceu em 2016, e me deixou o legado do bom humor. Nós trocávamos piadas e ele adorava sorrir, que saudade de sorrir contigo vovô. À minha família Ribeiro que foi bastante presente, sou eternamente grata, e amo todos vocês!

Aos amigos, agradeço em especial a Maryana, um ser humano incrível! a Mary representa o amor ao próximo, e eu amo isso nela. Também agradeço ao Joaquim, Fernanda, Emerson, Cesiane, Fabiana, Ailton. A irmã que o destino me presenteou, Kassya e sua família por todo apoio. As amigadas que fiz no Ceulp/Ulbra no decorrer desse percurso, vocês fizeram e fazem a diferença na minha vida.

Na trajetória acadêmica fui agraciada com contribuições de muitos professores, sou grata a todos eles. Mas quero externar meus agradecimentos em especial aos professores que contribuíram para uma construção além de profissional. Hudson, Iran e Lauriane, foram professores que me marcaram de forma muito significativa. Agradeço a Lauriane por todo apoio, pessoa e profissional que tanto admiro! é certamente muito coerente entre o que diz e faz. Sou muito grata por tudo que aprendi contigo!

Minha eterna gratidão a todos vocês!

Eu faço da dificuldade a minha motivação, a volta por cima, vem na continuação[...] O que se leva dessa vida é o que se vive, é o que se faz, saber muito é muito pouco, "Stay Will" esteja em paz. O que importa é se sentir bem, o que importa é fazer o bem".

Pontes Indestrutíveis

Charlie Brown Jr

RESUMO

CORTES, Suiane Ribeiro Luz Freitas. **O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família em Centro de Referência de Assistência Social de Palmas-To: assistencialismo ou emancipação social?.** 2018. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Psicologia Bacharelado, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2018.

Esta pesquisa buscou descrever como os usuários do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Taquari percebem o Serviço de Proteção e atendimento Integral à Família (PAIF), considerando a dicotomia assistencialismo e emancipação social. Trata-se de uma pesquisa aplicada, de caráter qualitativo, descritivo e de levantamento e caracteriza-se também como de campo e documental. Como instrumentos metodológicos, foi produzido diário de campo, elaboração de questionário e realização de um grupo focal. Os resultados foram analisados a partir da perspectiva da Psicologia social comunitária, no sentido de compreender se o PAIF é percebido numa concepção assistencialista ou emancipadora. O estudo apontou, baseando-se nos resultados do perfil socioeconômico, nas respostas do questionário e discussão do grupo focal, que o perfil do serviço PAIF de acordo com a percepção de seus usuários, está mais voltado ao assistencialismo.

Palavras-chave: Assistencialismo. emancipação social. PAIF. CRAS. Psicologia social comunitária.

ABSTRACT

This research aimed to describe how the users of the Center of Reference of Social Assistance-CRAS of the Taquari neighborhood perceive the Service of Protection and Integral Assistance to the Family - PAIF, considering the dichotomy assistance and social emancipation. It is an applied research, of qualitative, descriptive character, characterized as field and documentary. As methodological instruments, a field diary was produced, a questionnaire was elaborated, and a focal group was created. The results were analyzed from the perspective of community social psychology, in the sense of understanding if the PAIF is perceived in a welfare or emancipatory conception. The study pointed out based on the results of the socioeconomic profile, on the responses of the questionnaire and the focus group discussion, that the profile of the PAIF service according to the perception of its users, is more focused on assistance.

Keywords: Assistance. social emancipation. social assistance. CRAS. PAIF. Community social psychology.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Resultado perfil socioeconômico (Resp. familiar/Gênero)	29
Gráfico 02- Resultado perfil socioeconômico (Idade).....	29
Gráfico 03- Resultado perfil socioeconômico (Estado civil)	30
Gráfico 04- Resultado perfil socioeconômico (Escolaridade).....	30
Gráfico 05- Resultado perfil socioeconômico (Ocupação).....	31
Gráfico 06- Resultado perfil socioeconômico (Renda familiar)	31
Gráfico 07- Resultado perfil socioeconômico (Quantidade de filhos)	31
Gráfico 08- Resultado perfil socioeconômico (Condições de moradia)	31
Gráfico 09- Resultado perfil socioeconômico (Recebem benefício social)	32
Gráfico 10- Resultado afirmativa 1.....	33
Gráfico 11- Resultado afirmativa 2.....	34
Gráfico 12- Resultado afirmativa 3.....	34
Gráfico 13- Resultado afirmativa 4.....	35
Gráfico 14- Resultado afirmativa 5.....	35
Gráfico 15- Resultado afirmativa 6.....	36
Gráfico 16- Resultado afirmativa 7.....	36
Gráfico 17- Resultado afirmativa 8.....	37

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Resultado questões discursivas 9 ao 12	38
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEULP	Centro Universitário Luterano de Palmas
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB	Norma Operacional Básica
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAIF	Plano Nacional de Atendimento Integrado à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PBF	Programa Bolsa Família
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1. ASSISTENCIALISMO E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....	17
2.2. POLÍTICAS SOCIAIS	20
2.3. CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL (CRAS) E O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF)	22
2.4. PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E EMANCIPAÇÃO SOCIAL	24
3 METODOLOGIA	27
3.1. TIPO DE ESTUDO	27
3.2. OBJETO DE ESTUDO OU POPULAÇÃO E AMOSTRA	27
3.4. VARIÁVEIS.....	27
3.5. MATERIAIS E INSTRUMENTOS	28
3.6. PROCEDIMENTOS.....	28
3.7. ASPECTOS ÉTICOS	29
3.7.1. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO.....	29
3.7.2. CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO	29
3.7.3 Riscos	30
3.3.4 Benefícios	30
3.3.5 Desfecho primário	31
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	32
4.1. O CRAS TAQUARI.....	32
4.2. LEVANTANDO A DEMANDA A PARTIR DO PERFIL SOCIOECONÔMICO.	33
4.3. PERCEPÇÃO ASSISTENCIALISTA DOS SERVIÇOS DO PAIF PELOS USUÁRIOS.....	37
4.3.1. AVALIAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.....	37
4.3.2 GRUPO FOCAL: NÃO ADESÃO AO PAIF	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA	58
APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS	63
ANEXO A	66

1 INTRODUÇÃO

O assistencialismo “trata-se de uma estratégia política que exclui o ser social do processo de participação política no seio da sociedade, promovendo uma “cultura” do silêncio e um comportamento de passividade a ordem” (TORRES, 2002, p.175). Para Ramminger (2001) o assistencialismo é uma prática recorrente e dominante no Brasil, a qual exclui e retro- alimenta a miséria.

A emancipação social é definida como um processo de libertação em que os sujeitos constroem sua forma de ser e de estar no mundo (SILVA, 2013). É relevante entender a emancipação social como um processo de autonomia e de transformação, em um contexto de desigualdades sociais como é considerada a realidade brasileira. Em resposta às questões sociais, Zitkoski (2005) defende que as políticas públicas devem atuar na perspectiva da emancipação social que significa conceber a vida em sociedade, priorizando a inclusão social e a participação dos sujeitos.

Com a proposta de consolidar a Assistência Social como política pública de direito do cidadão e responsabilidade do Estado, foi criada no ano de 2004 a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que surgiu com o desafio de enfrentar as demandas sociais, e reafirmar os pressupostos da Constituição Federal de 1988, e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993. Como forma de efetivação dessa política foi implantado em 2005 o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que possui um modelo de gestão descentralizado e participativo e tem como foco a organização dos serviços socioassistenciais (BRASIL, 2004).

Para Yazbek (2004) apesar de algumas conquistas como a criação da PNAS e SUAS, a Assistência Social ainda possui o desafio de romper com a cultura do assistencialismo que historicamente permeia essa política. O assistencialismo remete a práticas tuteladoras as quais não contribuem para o protagonismo e emancipação dos sujeitos.

Couto (2004, p. 156) esclarece que a introdução da Assistência Social como política pública representa uma inovação conceitual, mas também reitera “as heranças históricas constitutivas da cultura política brasileira”. O campo da Assistência Social do ponto de vista político é apresentado como uma oportunidade de práticas assistencialistas, servindo ao fisiologismo, e tal “cultura política” nega a existência do conflito (YAZBEK, 1993).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) tem a importante função de romper com o paradigma assistencialista, e promover uma cultura que contribua para

o protagonismo e emancipação social de seus usuários. Essa proposição significa para Iamamoto (2003) que as ações dos serviços desenvolvidos “devem possuir caráter de transformação da realidade, a partir de uma análise crítica, para que os espaços de trabalho sejam efetivamente transformados em espaços públicos a serviço dos interesses da coletividade” (p.40).

Ao considerar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) cujo é caracterizado como um trabalho social com famílias, a atuação profissional deve voltar-se ao desenvolvimento de potencialidades, para uma reflexão crítica de transformação da própria realidade, e assim contribuir com a superação das vulnerabilidades (SILVA, 2015). Assim, a PNAS afirma que as abordagens metodológicas de trabalho social com famílias no âmbito do PAIF devem ter também como princípio a emancipação das famílias e indivíduos (BRASIL, 2004).

Então, com o intuito de responder “Quais as percepções dos usuários do CRAS Taquari referente ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF?”, essa pesquisa propõe descrever como os usuários percebem o serviço, considerando a dicotomia assistencialismo e emancipação social. Antes de se tornar Política Pública, a história da Assistência Social no Brasil é marcada pelo assistencialismo, clientelismo, pela caridade, e essas marcas ainda permanecem no cotidiano desta Política (REIS; PESTANO, 2006). Sendo assim, presume-se que a percepção que o usuário possui sobre o serviço PAIF se aproxime do assistencialismo, pois tal percepção pode ser decorrente de uma cultura assistencialista que por muito tempo perpassa a Assistência Social dificultando o seu entendimento enquanto Política de direito e a caracteriza como ajuda. Para investigar o cenário acima apontado, a pesquisa se desdobrou nos seguintes objetivos específicos: discutir a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) descrever o Serviço PAIF, identificar a compreensão que os usuários possuem sobre Assistência Social e verificar o perfil socioeconômico dos participantes do PAIF-CRAS Taquari.

Em se tratando do contexto social brasileiro é evidente a necessidade de propor estudos que contribuam para o desenvolvimento de ações que promovam a equidade social. É importante esclarecer que ao longo dos anos a Psicologia vem expandindo suas áreas de conhecimento e atuações, o que deixa claro que essa ampliação vai além do modelo clínico elitista, mas se constitui de novas possibilidades de atuações junto aos grupos populacionais até antes excluídos (OLIVEIRA, 2007).

A Psicologia social comunitária comprometida com o empoderamento e transformação da realidade social, busca contribuir com as políticas sociais no sentido de promover a emancipação dos sujeitos, nessa perspectiva, a pesquisa apresenta como

relevante o protagonismo dos sujeitos. Vasconcelos (2004) afirma que para as pessoas participarem elas precisam aprender a participar, então o estudo oportunizou a participação aos sujeitos em um processo de percepção e análise crítico, além de contribuir com reflexões referente as contribuições e os desafios da Psicologia no campo da Assistência Social.

Portanto, o estudo é relevante para a comunidade, pois no decorrer da pesquisa os usuários manifestaram suas opiniões referente ao serviço recebido, o que conseqüentemente poderá contribuir com o aprimoramento das práticas assistenciais desenvolvidas na comunidade. Poderá contribuir também com o surgimento de novos estudos e investigações que serviram de subsídios teórico metodológicos para a atuação profissional na Assistência Social, já que, ainda são muitos os desafios na inserção e construção dos psicólogos na Assistência Social. Analisar o processo do reflexo psíquico da comunidade é importante para conhecer os significados, sentidos, sentimentos individuais e coletivos da vida comunitária. Oportunizar o sujeito comunitário refletir numa perspectiva crítica da realidade pode favorecer a construção do fortalecimento e desenvolvimento do sujeito, tornando-o consciente do seu papel social (OLIVEIRA *et al.*, 2008).

Com a finalidade de atingir os objetivos que a pesquisa propõe, na primeira parte é apresentado referencial teórico que aborda uma breve retomada histórica sobre o assistencialismo e Assistência Social no Brasil, políticas públicas sociais, CRAS e PAIF, Psicologia social comunitária e emancipação social. A parte seguinte apresenta a metodologia baseada numa proposta de pesquisa qualitativa, descritiva, de levantamento e documental, e apresenta os instrumentos e procedimentos utilizados para coleta de dados, mais adiante é apresentado os resultados e as discussões que elucidam o resultado da pesquisa, e a última parte apresenta as considerações finais, onde é pontuado os desafios e as possibilidades nas interfaces de Psicologia e Assistência Social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender a dinâmica entre assistencialismo e emancipação social, abordar a história da questão social no Brasil é fundamental pois, conforme melhor detalhado abaixo, ela passa de caráter estritamente assistencial, com viés do primeiro-damismo, para se tornar um direito da população em situação de vulnerabilidade social. Em direção à necessidade de emancipação dos sujeitos, diversos serviços são criados, como o CRAS, que desenvolve o PAIF como programa principal de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários para fomentar o acesso à direitos. Na mesma direção, a Psicologia Comunitária apresenta perspectiva teórica e prática que corrobora com a defesa da emancipação social, sendo que essa linha subsidiará as análises propostas no decorrer desse estudo.

2.1. ASSISTENCIALISMO E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A Assistência Social que tanto almeja a diminuição das desigualdades sociais numa perspectiva da justiça social, permeou um longo processo de lutas e conquistas para sua consolidação enquanto política pública de direito. Em meio a contradições por possuir suas raízes no assistencialismo, essa política possui o desafio de lutar contra as práticas de dominação e garantir os direitos sociais dos “despossuídos” (SPOSATI, 1995). No entanto, até chegar nesse ponto, houve um processo histórico que será descrito abaixo.

A Assistência Social produzida e conduzida por décadas no sentido da solidariedade, das benesses, do clientelismo, aliada a sociedade civil a um Estado opressor, se tornou mecanismo essencial para tratar as demandas sociais. Sua história é marcada fortemente pela caridade, ajuda circunstancial, postas por entidades filantrópicas ou religiosas, o que a caracterizou como prática e não como uma dimensão política entre Estado e sociedade (SPOSATI, 1995).

Alves (2017) explica que aliados aos interesses do Estado, estavam os interesses da Igreja Católica. A partir da década de 1930, associações de ordem católica dão início aos trabalhos de cunho social na assistência preventiva, o que explica serem as primeiras escolas do serviço social de origem religiosa. A igreja assumiu o papel do compromisso com os “desassistidos” por meio de ações sociais.

O serviço social surgiu da necessidade da igreja católica em estar presente na sociedade, já que esta passava por um processo de laicização. E para não desfazer sua colocação diante dos setores sociais, desenvolveu ações de caráter assistencialista (RODRIGUES, 2017). Para Iamamoto (2013), as práticas assistencialistas eram ligadas a benevolência numa filosofia humanista cristã. Num cenário político de ideias

socialistas, a igreja se colocava ao lado dos explorados, numa postura humanista, mas aceitou o capitalismo como modelo (CASTRO, 2006).

No Brasil, a Assistência social foi usada como instrumento do Estado para buscar acordo entre sociedade em defesa dos interesses do capital. Para Branco, Emilio e Santos (2017) a Assistência social era entendida como objeto de solidariedade da sociedade civil. E, de acordo com (SPOSATI *et al.* 1998, p.69)

O assistencialismo consiste em uma atividade que recebeu diferentes nuances históricas e que não se constitui numa exceção particular do Serviço Social, mas sim uma parte da lógica capitalista. O Assistencial torna-se a única face possível do capitalismo a justificar as desigualdades sociais.

Na década de 1930, uma ordem nova social foi estabelecida pelo então presidente Getúlio Vargas por meio da Constituição de 1934, em que o Estado passaria a ser responsável pelos que precisavam ser assistidos socialmente. Conforme Mestriner (2001), esse período foi marcado pela filantropia disciplinadora, a qual pretendia adequar o trabalhador ao novo modelo de trabalho. Então, nas primeiras décadas do século XX, a Assistência Social possuía cunho paternalista, pois ajudava os “necessitados”, porém os condicionava na condição subalternidade e submissão (MESTRINER, 2001).

De acordo com Silveira (2007), mesmo atualmente, a Assistência Social ainda apresenta um caráter filantrópico estatal desse período da década de 1930, contexto em que havia certa moralização das questões sociais, com o perfil de aplicar determinadas estratégias técnicas para adaptar a população tanto à lógica de produção do mercado quanto aos instituídos padrões morais.

Na década de 1940 foi criada a primeira instituição pública na área da Assistência Social, denominada Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), que objetivava trabalhar em favor do progresso do Serviço Social, mas também com o intuito de canalizar apoio político, por meio de ações assistencialistas (TORRES, 2002). A primeira presidente da LBA foi “Dercy Vargas, a primeira dama do Brasil à época e esposa do então presidente Getúlio Vargas” (p.29), inaugurando o chamado primeiro-damismo.

O Estado se viu forçado a dar ênfase às questões sociais e, como estratégia, decide colocar as primeiras damas para desempenhar essa função. “A primeira dama passaria então a atuar junto a população, preocupada e defensora das causas sociais” (RODRIGUES, 2017, p.181). Assim, as atividades das primeiras-damas eram de ordem filantrópica e benemerente.

De acordo com Torres (2002), o primeiro-damismo nasceu de uma motivação política:

O Estado brasileiro vê-se obrigado a forjar estratégias de enfrentamento aos problemas sociais que assumem sério contornos nesse período da Segunda Guerra mundial. Na verdade, o Estado lança mão dos valores femininos para sensibilizar a sociedade a intervir na chamada “questão social”, dando impulso ao espírito filantrópico a partir de uma prática assistencialista, que marcaria a face da ação das primeiras-damas no Brasil. Foi assim que as atividades social das primeiras damas, fato que parece difícil de depurar-se, posto que encontra-se arraigado ao imaginário social das classes subalternas (TORRES, 2002, p. 40).

As práticas eram exercidas por meio de instituições governamentais ou filantrópicas, como estratégia de dominação política, o que deixou explícito o viés assistencialista das ações desenvolvidas pelas primeiras-damas. Só com a Constituição Federal de 1988 é que a Assistência Social foi estabelecida em caráter de Política Pública de direito. (RODRIGUES, 2017), o que será discutido posteriormente.

Ainda sobre a história da assistência social no Brasil, Sposati (1995) nos conta que nos anos de 1970 ocorreram debates sobre a assistência social, anunciando contradições que pretendiam a reconstituição do serviço social no país. A autora pontua a construção histórica de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho que lutavam pela desmontagem de estratégias de dominação que negava o contexto social e político brasileiro, para que “a assistência não fosse enxergada apenas como irracionalidade das primeiras damas, mas como táticas e estratégias no interior das políticas sociais brasileiras” (p.10).

A partir de 1983 os debates críticos sobre a assistência social começaram a se intensificar, os quais deixavam clara a necessidade de problematizar as relações histórias de classes sociais frente às desigualdades sociais mediadas pelo Estado. Se passou então a fortalecer o debater da assistência na relação Estado e sociedade (SPOSATI, 1995).

E com importante marco da Assistência Social e para o fortalecimento das Políticas Públicas Sociais no Brasil, destacam-se a promulgação da LOAS, que regulamenta e normatiza as diretrizes da assistência social, e a criação da PNAS e SUAS, as quais só foram possibilitadas a partir da Constituição de 1988, cenário que será melhor detalhado no próximo capítulo.

Vale ressaltar ainda que a historicidade da assistência social confirma o assistencialismo e a Assistência Social como sendo semelhantes, o que provavelmente dificulta a compreensão do usuário numa perspectiva de direito, e especialmente de que os serviços ofertados no CRAS possuem caráter emancipatório. Pois os usuários ainda costumam se ver como dependentes do poder público.

2.2. POLÍTICAS SOCIAIS

Para atender as questões sociais decorrentes do sistema capitalista, as políticas sociais surgiram a partir do século XIX, em um cenário caracterizado pela recente revolução industrial. Piana (2009, p. 23) define que “as políticas sociais são entendidas como fruto da dinâmica social, da inter-relação entre os diversos atores, em seus diferentes espaços e a partir dos diversos interesses e relações de força”. Höfling (2001) caracteriza a política social como voltada a proteção social implementada pelo Estado, tendo como objetivo, a princípio, a redistribuição de benefícios sociais para a redução das desigualdades estruturais.

No Brasil os movimentos sociais contribuíram para discussões referente a assistência social como direito à pessoa em situação de vulnerabilidade social, propondo-se lei que regulamentasse a Assistência Social como um direito do cidadão e responsabilidade do Estado (XIMENES; PAULA; BARROS, 2009).

A Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 foi um marco importante para o estabelecimento e a garantia aos direitos civis, políticos e sociais. O Artigo 3º estabelece como objetivos fundamentais:

- I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - Garantir o desenvolvimento nacional;
- III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais
- IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988, p.11).

Então, a Constituição Federal e posteriormente a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei n. 8.742/93), aprovada em 7 de dezembro 1993, que regulamenta os pressupostos constitucionais, contribuíram significativamente para questões dos campos da seguridade social e da proteção social pública, e buscam dar visibilidade a Assistência Social como política pública de direito do cidadão (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010).

Com a proposta de responder as demandas do perfil social brasileiro e para efetivação da Assistência Social como direito e responsabilidade do Estado, foi criado no ano de 2004 a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que nasceu com o desafio de enfrentar as questões sociais, como política de proteção social que significa garanti-la a todos que dela necessitem, propondo uma visão inovadora, pautada na dimensão ética e objetivando diminuir as desigualdades, a partir do conhecimento das vulnerabilidades sociais, com a finalidade de enfrenta-las. A PNAS (BRASIL, 2004, p. 33) objetiva:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Para Couto, Yazbek e Raichelis (2010), a PNAS possibilitou o processo de construção e normatização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 15 julho de 2005, mediante a Norma Operacional Básica (NOB) n. 130. O SUAS tem a função de articular o sistema de serviços, benefícios e ações de Assistência Social, sob critérios de universalidade, tendo o Estado como garantidor do cumprimento dos direitos.

A implantação da PNAS e do SUAS almeja o fortalecimento da Assistência Social na perspectiva da justiça e dos direitos, propondo mudanças na estrutura organizativa e de lógica de gestão, considerando que as ações públicas devem estar articuladas com as outras políticas, para que as atuações sejam múltiplas e integradoras no enfrentamento das questões sociais (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010).

Os serviços socioassistenciais organizados pelo SUAS tem como referência: vigilância social, proteção social, defesa social e institucional. O SUAS possui também como elementos essenciais na execução da política de Assistência Social os seguintes eixos estruturantes, conforme BRASIL (2005): matricialidade sociofamiliar; descentralização político-administrativa e territorialização; novas bases para a relação estado e sociedade civil; financiamento; controle social; desafio da participação popular; a política de recursos humanos; a informação, monitoramento e avaliação

Como modelo de gestão descentralizado e participativo, o SUAS prioriza a atenção as famílias através de seus serviços, programas, projetos e benefícios em todo território nacional. O SUAS materializa as propostas da LOAS e fundamenta-se nos compromissos da PNAS/2004 com a intenção de promover os acessos aos direitos de cidadania e inclusão social, para garantir a qualidade de vida da população (BRASIL, 2004).

O SUAS organiza as ações de proteção por níveis de complexidade, considera o risco e a vulnerabilidade que o indivíduo ou a família estão submetidos. A Proteção Social Básica é direcionada as famílias e indivíduos em vulnerabilidade social, o objetivo é preservar os vínculos familiares e comunitários e prevenir situações de risco.

Já a Proteção Social Especial, organizada em Média e Alta complexidade, é direcionada aos indivíduos ou famílias que já tiveram seus direitos violados ou a

ocorrência de rompimento ou fragilização de vínculos familiares e comunitários, e tem como finalidade a reconstrução de vínculos, defesa de direitos e fortalecimento das potencialidades para o enfrentamento de situações em que os direitos foram violados (BRASIL, 2004).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade de proteção social básica do SUAS que oferta serviços de caráter preventivo, protetivo e proativo. O capítulo seguinte abordará mais detalhadamente o CRAS e em específico o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

2.3. CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL (CRAS) E O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA (PAIF)

Considerado como porta de acesso aos direitos socioassistenciais, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é definido como:

Unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social (BRASIL, 2004 p.35).

O CRAS a partir do adequado conhecimento do território, articula e organiza o acesso da população aos benefícios socioassistenciais, os cidadãos recebem orientações sobre os programas do Governo Federal. As ações são executadas por meio do trabalho de Assistência Social e destinam-se a famílias e indivíduos em situação de desproteção, idosos, pessoas com deficiência, crianças recolhidas de trabalho infantil (BRASIL,2015).

Entre os serviços ofertados executa o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), e como complementação desse serviço, é desenvolvido o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV (BRASIL, 2009). Também realiza a gestão territorial que compreende a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica, a promoção e articulação intersetorial e a busca ativa (BRASIL,2016). Os serviços devem estar alinhados às normativas do SUAS, e contribuir com os sistemas da rede SUAS e de outras redes.

A Resolução do CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011 determina os profissionais de nível superior que compõe a equipe de referência por nível de proteção básica. Na proteção social básica assistente social e psicólogo devem compor a equipe, podendo a critério da gestão municipal outros profissionais de nível superior compor a equipe (BRASIL,2016).

O PAIF é um serviço desenvolvido pelo CRAS conforme já citado, caraterizado como um trabalho social realizado com famílias, de caráter continuado, com intuito de

fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover o acesso aos direitos, e fortalecer os vínculos familiares e comunitários (BRASIL,2015).

Sua criação surgiu da necessidade de intervenções de caráter preventivo e protetivo em relação as vulnerabilidades e riscos sociais que atingem as famílias. De acordo com informações no MDS, O PAIF teve como antecessores o Programa Núcleo de Apoio à Família (NAF-2001) E o Plano Nacional de Atendimento Integrado à família (PNAIF-2003), em 2004 com a expectativa de aprimorar essas propostas foi criado o Programa de Atenção Integral à Família, e nesse mesmo ano de acordo com o decreto 5.085 da Presidência da República o PAIF tornou-se “ação continuada da Assistência Social” (BRASIL, 2015).

Com a aprovação da tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, o Programa de Atenção Integral à Família mudou sua nomenclatura, passou a ser denominado Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, que enfatiza o conceito de ação continuada como previsto no Art. 23 da LOAS, a sigla PAIF continuou preservada mesmo com essa mudança de nomenclatura.

No Caderno de Orientações Técnicas do PAIF - vol. 2 MDS (2012) o PAIF é descrito como um dos principais serviços que integram a rede de proteção social de Assistência Social. Prever o enfrentamento das desigualdades sociais, pobreza, e a redução dos riscos e vulnerabilidades sociais que acometem as famílias, propondo ações de caráter individual ou coletivo como: acolhidas, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas, encaminhamentos.

Em conformidade com a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 CNAS, as ações socioassistenciais tem como objetivos (BRASIL, 2009, p.6):

Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; - Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; - Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades; - Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social; - Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos; - Apoiar famílias que possuem dentre seu membros indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

O PAIF integra o nível de proteção básica e concretiza a matricialidade sociofamiliar definida pelo SUAS. Oferta atendimento as famílias e seus membros, compreendendo as situações de vulnerabilidade vividas, respondendo com efetividade a tais situações, proporcionando novas vivencias às famílias (BRASIL, 2016).

No PAIF, o trabalho social com famílias pode ser desenvolvido de forma distinta, porém, complementares, são elas: Atendimento Familiar e Acompanhamento Familiar.

No Atendimento, a família ou alguns de seus membros se insere nas ações do PAIF, como: acolhida, ações particularizadas, oficinas com famílias, ações comunitárias e encaminhamentos, essas ações se caracterizam como atendimento. O atendimento pode ser encerrado se houver resolução da demanda, mas se houver necessidade o indivíduo ou a família podem ser inclusos em outras ações, ou até mesmo em um Acompanhamento Familiar (BRASIL, 2016).

O acompanhamento familiar consiste em um conjunto de intervenções em serviços continuados. Ocorre um planejamento de intervenções com tempo determinado, no qual os objetivos principais são superar as vulnerabilidades vivenciadas e promover o acesso aos direitos. O Acompanhamento Familiar permite um espaço de reflexão e ressignificação da realidade, se estabelece compromisso entre família e profissional, é o momento de traçar metas alcançáveis e planejar mudanças, estimular as potencialidades. A proposta é promover espaços de diálogos e de autonomia (BRASIL, 2016).

Para alcançar os objetivos estabelecidos em um plano de Acompanhamento Familiar é necessário o estabelecimento de vínculo entre família e o serviço. Ambos se avaliam em um processo de análise dos objetivos alcançados e os que ainda precisam acontecer. Para superar as vulnerabilidades vivenciadas, a participação da família é imprescindível no processo de mudança, assim como uma adequada metodologia de acompanhamento familiar (BRASIL, 2012).

Conforme MDS o PAIF e todos os serviços da Proteção Social Básica devem oferecer aos usuários alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social, pois:

O pensamento tutelar subestima as capacidades dos desiguais, capacidades estas que se referem a pensar, transitar com autonomia e exercer sua liberdade. A tutela é filha diletta do assistencialismo, do apadrinhamento, do clientelismo. Caracteriza-se ainda por ser autoritária e compensatória, pois além de não emancipar, submete. Assim sendo, a opção do trabalho social precisa ser a da emancipação (BRASIL, 2012, p.103).

Portanto, Além de fortalecer os vínculos familiares e comunitários e promover o acesso a direitos, as atuações no âmbito do PAIF também devem ter como princípio a emancipação de indivíduos e família, para que o pensamento tutelar seja ultrapassado e se considere o potencial do indivíduo de superação das vulnerabilidades vivenciadas (BRASIL, 2012).

2.4. PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E EMANCIPAÇÃO SOCIAL

A Psicologia social comunitária surge de uma ramificação da Psicologia social, com o objetivo de minimizar desigualdades sociais a partir de uma perspectiva de

transformação social. Tal perspectiva tem como proposta o redirecionamento da Psicologia às questões sociais, preocupada em promover nos sujeitos consciência reflexiva e crítica, tornando-os pessoas problematizadoras e transformadoras da própria realidade, para libertar-se dos condicionantes que a estrutura social impõe (MACIEL; ALVES, 2015, GÓIS, 2005).

Lane (2006) enfatiza que a Psicologia deve atuar na perspectiva da emancipação social, por meio de uma práxis crítica e criadora. Veronese e Guareschi (2005) pontuam que as várias formas de opressão e alienação estão vivamente presentes na contemporaneidade. Sendo assim, é preciso construir uma ciência social preocupada com a emancipação.

Para Sawaia (2009) a Psicologia colabora com o aperfeiçoamento das políticas sociais, evitando a exclusão social. Ximenes, Paula e Barros (2009) salientam que as atuações devem potencializar os sujeitos num processo de construção e transformação, e que contribuam com o desenvolvimento de métodos coletivos para superação do legado assistencialista, desafio que persiste até os dias atuais.

Nepomuceno *et al.* (2008) explicam que a Psicologia social comunitária propõe uma práxis de libertação, que significa liberta-se das dominações de relações autoritárias, pautando no resgate das potencialidades dos sujeitos, fortalecendo a conscientização individual e grupal. Essa libertação anseia por justiça social, solidariedade e compromisso com a vida, sendo estes, construídos com a participação social.

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia:

Atuar na valorização da experiência subjetiva do sujeito contribui para fazê-lo reconhecer sua identidade. Operar no campo simbólico da expressividade e da interpretação com vistas ao fortalecimento pessoal pode propiciar o desenvolvimento das condições subjetivas de inserção social. Assim, a oferta de apoio psicológico de forma a interferir no movimento dos sujeitos e no desenvolvimento de sua capacidade de intervenção e transformação do meio social onde vive é uma possibilidade importante (BRASIL, 2007, p.23)

Ximenes, Paula e Barros (2009) esclarecem que a prática da PNAS deve se desenvolver articulada a outras Políticas Públicas e sociais, não sendo ela a única responsável por tratar as demandas sociais, pois de acordo com os Conselhos de Psicologia e Assistência Social (BRASIL, 2007, p.12):

É fundamental que os(as) trabalhadores(as) envolvidos na implementação do SUAS tenham clareza das funções e possibilidades das políticas sociais que integram a Seguridade Social, de modo a não atribuir à Assistência Social a intenção e o objetivo hercúleo e inatingível de responder a todas as situações de exclusão, vulnerabilidade, desigualdade social. Essas são situações que devem ser enfrentadas pelo conjunto das políticas públicas.

Ximenes, Paula e Barros (2009) consideram que a prática dos psicólogos comunitários está voltada aos processos interacionais que ocorrem em comunidades, promovendo através de suas atuações a construção de saberes e principalmente tornando

os sujeitos atores sociais. As práticas buscam compreender e intervir sobre os processos psicossociais estudando as particularidades e circunstância que ocorrem (BRASIL, 2007).

Para Freitas (1998) as atuações na perspectiva Psicologia social comunitária enfatizam o resgate dos direitos humanos fundamentais e anseia pela qualidade de vida da população evidenciada, o que coloca conforme Silva e Corgozinho (2011) a Psicologia social comunitária como um modelo capaz de desenvolver os princípios estabelecidos pelo SUAS.

3 METODOLOGIA

3.1. TIPO DE ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa aplicada, a qual teve a finalidade de produzir conhecimentos para posterior desenvolvimento da prática, envolvendo verdades e interesses locais. É também de caráter qualitativa, pois buscou compreender um grupo social, focando em aspectos da realidade e na dinâmica das relações sociais (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Se caracterizada como pesquisa de campo que, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), tem a intenção de observar os fatos e fenômenos e como ocorrem, para obter conhecimento e informações do problema que buscamos respostas. Também é pesquisa descritiva que, para Campos (2015), busca conhecer e interpretar uma realidade. É de levantamento, conforme Silveira e Córdova (2009) investiga o conhecimento direto da realidade, e finalmente é documental, pois foram acessados os prontuários das famílias participantes do PAIF.

3.2. OBJETO DE ESTUDO OU POPULAÇÃO E AMOSTRA

A amostra da pesquisa foi do tipo amostra por conveniência, pois foram constituídas por pessoas que estavam ao alcance do pesquisador e dispostas a responder questionários, mediante concordância em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE (APÊNDICE A), conforme a Resolução CNS nº 466/2012. Os pesquisados foram os participantes do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) do CRAS Taquari. Segundo informações do CRAS Taquari, a média de acompanhamentos do PAIF é de 35 a 42 famílias por semestre. A meta dessa amostra foi que participassem até 35 famílias, o que corresponde ao número total de prontuários disponíveis no período da pesquisa.

3.3. LOCAL

O local de realização da pesquisa foi o Centro de Referência de Assistência Social-CRAS do bairro Taquari, localizado na Av. LO 15, quadra T. 21, ATM 45, Palmas-TO. Também foram realizadas visitas domiciliares às famílias participantes do PAIF. O período em que ocorreram os acessos aos participantes foram entre os meses de setembro a outubro de 2018.

3.4. VARIÁVEIS

Variável depende: assistencialismo e emancipação social apresentadas pelos sujeitos pesquisados.

Variável independente: as práticas do PAIF que foram levantadas a partir da aplicação do questionário, visita domiciliar e grupo focal.

3.5. MATERIAIS E INSTRUMENTOS

Foram utilizados para coleta de dados a elaboração de diário de campo, o qual foi realizado de forma livre a partir das impressões que a acadêmica-pesquisadora observou do cenário. Além disso, foi produzido e posteriormente aplicado um questionário (APÊNDICE B), de elaboração própria, para levantar variáveis acerca da percepção dos usuários sobre o PAIF. Finalmente, no Grupo Focal foi utilizada a pergunta disparadora da discussão “O que é o CRAS para você?”. A seguir os procedimentos trarão detalhes sobre a utilização desses instrumentos.

3.6. PROCEDIMENTOS

Abaixo as etapas da pesquisa serão apresentadas detalhadamente. Durante toda a inserção da acadêmica-pesquisadora foi feito diário de campo da experiência vivenciada, o que também foi objeto de análise da presente pesquisa.

Etapa 1 – Contato inicial com CRAS e levantamento documental

A princípio foi realizado o contato com a equipe do CRAS para ter acesso aos cadastros das famílias incluídas no PAIF, buscou-se traçar um perfil socioeconômico dessas famílias.

Etapa 2 – Visita às famílias

As famílias cadastradas foram visitadas pela acadêmica-pesquisadora para conhecer o contexto familiar a partir das variáveis que interessam ao PAIF e, para um levantamento mais apurado delas, foi aplicado um questionário (APÊNDICE B) que é autoaplicável, mas os participantes que precisaram de ajuda a acadêmica-pesquisadora prestou os esclarecimentos necessários, inclusive fazendo leitura e explicando terminologias técnicas. Na ocasião também foi feito o convite para participação de um encontro no CRAS a partir da perspectiva do grupo focal, conforme descrito abaixo.

Etapa 3 – Realização de Grupo Focal

Foi feito 1(um) encontro com as famílias cadastradas no PAIF, a partir da metodologia do grupo focal, tendo como disparadora da discussão a pergunta “o que é o CRAS para você?”. A pergunta foi aberta para que pudesse vir do grupo as diferentes perspectivas que cada participante tem do serviço. Importante destacar que o grupo focal é uma técnica relevante na investigação qualitativa, durante a realização do grupo foram ouvidas as opiniões de cada participante para compreender suas representações, percepções, necessidades e expectativas relacionados ao tema investigado. Participou da coleta de dados no grupo focal um acadêmico-pesquisador voluntário, que registrou por escrito as principais discussões surgidas.

Etapa 4 – Análise dos dados e devolutiva.

A partir do levantamento realizado com base nos cadastros das famílias, das visitas domiciliares, do grupo focal e do diário de campo, tais dados foram analisados a partir perspectiva da Psicologia social comunitária. Baró (1989) descreve a Psicologia comunitária como voltada ao desenvolvimento de uma mudança socio política da realidade psicossocial. Campos (2015) define que essa perspectiva busca desenvolver instrumentais e intervenções relevantes para o enfrentamento das problemáticas sociais. No cenário comunitário Rappaport (1992) destaca o empoderamento como processo em que as pessoas desenvolvem mecanismos para assumir o controle de suas próprias vidas. Esse empoderamento significa propiciar contextos para que as pessoas silenciadas possam ser compreendidas, e fortaleça sua autonomia. Assim sendo, a análise buscou verificar se empoderamento está sendo alcançado, considerando conforme percepção dos usuários, se o serviço ofertado corresponde ao perfil assistencialista ou emancipatório.

Finalmente, os resultados da pesquisa foram apresentados para as famílias participantes, através de uma reunião marcada na sede do CRAS. Também foi feita devolutiva à equipe do CRAS, no entanto, resguardou-se sempre a identidade dos participantes, conforme os já mencionados princípios éticos.

3.7. ASPECTOS ÉTICOS

Por envolver pesquisa com seres humanos, o projeto foi cadastrado na Plataforma Brasil para análise do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA). Após autorização Parecer: 2.893.111, os participantes do PAIF foram convidados a assinar o TCLE, conforme os princípios éticos da resolução do Conselho Nacional de Saúde CNS 466/12. O TCLE foi lido e esclarecido pela acadêmica-pesquisadora com o objetivo de facilitar a compreensão ao participante, caso ocorresse eventuais dúvidas quanto ao seu conteúdo.

3.7.1. Critérios de inclusão

Participaram da pesquisa pessoas de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 18 anos, ativamente inclusos no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) do CRAS Taquari, e que concordaram em assinar o TCLE.

3.7.2. Critérios de exclusão

Não participaram da pesquisa pessoas que no período da coleta de dados estiveram inacessíveis por motivos como: mães não possuíam condições de levar os filhos, e não tinham com quem deixá-los para participarem da segunda etapa (grupo focal), gestantes que alegaram não conseguir ir ao CRAS, pessoas não localizadas na residência, pessoas sob efeito de álcool que preferiu não participar, pessoas que declararam exercer trabalho

informal na data da segunda etapa da pesquisa e endereço não localizado, e também as que não concluíram os questionários.

3.7.3 Riscos

Caso o pesquisado se sentisse desconfortável ao opinar sobre o serviço do qual é participante, apresentando um desconforto psicológico em decorrência dessas indagações, seria encaminhado ao Serviço de Psicologia (SEPSI) do CEULP/ULBRA, localizado no Núcleo de Atendimento à Comunidade (NAC), localizado na Quadra 108 Norte, alameda 12, lote 10 – Plano Diretor Norte – Palmas/TO, telefone (63) 3223-2016, no qual são oferecidos serviços psicológicos gratuitos à comunidade.

Para minimizar os riscos de acidentes referente ao deslocamento do participante até o CRAS, a etapa de realização do grupo focal ocorreu logo após a reunião mensal que a unidade do CRAS oferece aos participantes do PAIF. Ou seja, eles já estavam na sede do CRAS para atividades que o serviço oferece e a acadêmica-pesquisadora se utilizou desse horário. Então, os participantes que concluíram o questionário foram convidados a permanecerem na unidade por mais uma hora para participar do grupo focal. Esse procedimento evitou um deslocamento adicional ao CRAS e conseqüentemente sua exposição a possíveis acidentes decorrente de deslocamento em função da pesquisa.

Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa, conforme determina a resolução 466/12 (CNS).

Vale ressaltar também que toda pesquisa há risco direto ou indireto de identificação do participante. Porém em respeito aos sujeitos informantes da pesquisa, preservando seu anonimato e a confidencialidade dos dados fornecidos, para que isso não ocorresse a acadêmica-pesquisadora se responsabilizou por codificar os dados de investigação o mais breve possível e se comprometeu a proteger os dados da pesquisa contra roubos, reprodução ou difusão acidental. A Pesquisa não pretendia provocar constrangimentos ou prejuízos aos participantes, e foi realizada de modo a preservar a garantia do sigilo de dados confidenciais.

3.3.4 Benefícios

O estudo oportunizou a participação aos sujeitos em um processo de percepção e análise crítico, no qual foi elucidado a importância da participação social como instrumento potencializador para melhoria do serviço ofertado. Possibilitou ainda discutir a Assistência Social na perspectiva assistencialista e emancipatória o que gerou reflexões

sobre a possibilidades de práticas que favoreçam a autonomia e principalmente contextos que contribuam para o empoderamentos dos usuários do serviço, pois estes, ainda não se percebem sujeitos de direito, ao considerar a Assistência Social como uma “ajuda”. Tais discussões mostraram que ainda é vigente o desafio de romper com o paradigma assistencialista. Dessa forma, torna-se necessário refletirmos sobre a necessidade de práticas colabore com emancipação dos usuários.

3.3.5 Desfecho primário

A pesquisa descreveu como o serviço PAIF é caracterizado de acordo com a percepção de seus usuários, e permitiu identificar o perfil assistencialista ainda presente nas práticas da Assistência Social. O resultado ainda fomenta a discussão entre assistencialismo e práticas emancipatórias, e propõe reflexões para o melhoramento das atuações profissionais exercidas na comunidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esse capítulo apresenta os dados coletados a partir dos instrumentos citados na metodologia, abordando aspectos do perfil socioeconômico e também apontando como as famílias vinculadas ao PAIF se apresentam, considerando dois critérios principais, quais sejam, a emancipação social e o assistencialismo. A partir da aplicação de questionário durante as visitas domiciliares e da realização de grupo focal na sede do CRAS, os dados foram coletados e, a seguir, serão apresentados a partir de gráficos, tabelas e análise teórica. Durante todo o período de coleta de dados foi elaborado diário de campo que também contribuiu como instrumento de análise. Scarparo e Guareschi (2007) apontam que a Psicologia social comunitária deve priorizar e proporcionar a participação coletiva para que os conhecimentos construídos sejam instrumentos emancipatórios. Nesse sentido, a proposta desta pesquisa buscou analisar os resultados a partir da perspectiva da Psicologia social comunitária, considerando a percepção do usuário um importante instrumento de participação social. Buscou ainda responder se o serviço PAIF colabora com a emancipação de seus usuários e se o caráter assistencialista ainda permanece como principal desafio a ser desconstruído.

4.1. O CRAS TAQUARI

A equipe que compõe o CRAS de acordo com o MDS tem como proposta de atuação uma gestão de trabalho que promova a consolidação dos direitos socioassistenciais, a partir da identificação de vulnerabilidades, características e especificidade do território, e os serviços ofertados devem contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, garantindo o acesso da população a Assistência Social (BRASIL, 2011).

O local de realização da pesquisa foi o CRAS do bairro Taquari, localizado na Av. LO 15, quadra T. 21, ATM 45, Palmas-TO, que possui atualmente uma equipe de referência composta por 2 (dois) assistentes sociais e 1 (um) psicólogo além de coordenador e técnicos de nível médio. O CRAS desenvolve os serviços PAIF e o SCFV com crianças, adolescentes e idosos, funciona regularmente das 08:00 às 18:00 horas de segunda a sexta feira. A maior assiduidade dos usuários no CRAS está relacionada a obtenção de informações referentes ao NIS (Número de Identificação Social) com o objetivo de inclusão nos benefícios e programas sociais. A equipe busca articular os serviços de modo a atender as demandas existentes na comunidade, contudo alguns entraves, como insuficiência de recursos financeiros, dificultam a efetivação de alguns serviços.

Durante a coleta de dados foi verificado que os usuários participantes da pesquisa avaliaram como importante a atuação do CRAS na comunidade, mas que “ainda há muito a ser enxergado”, comentário esse vindo de um dos usuários do serviço, mas funcionou como porta-voz dos demais. Tal perspectiva será aprofundada a seguir.

4.2. LEVANTANDO A DEMANDA A PARTIR DO PERFIL SOCIOECONÔMICO.

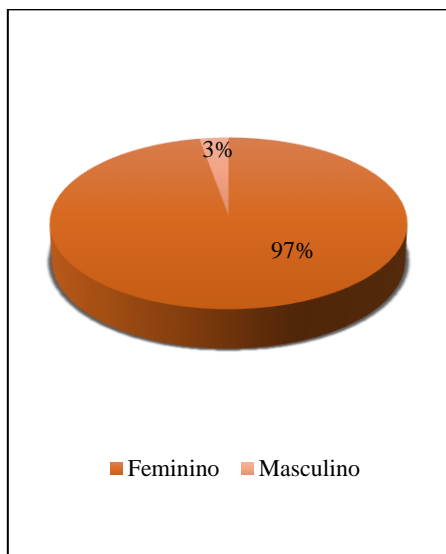
Os dados que subsidiaram essa avaliação foram declarados pelos usuários do PAIF nos prontuários das famílias acompanhadas, registrados no Cadastro Único. Foram avaliados 35 (trinta e cinco) prontuários, o que corresponde a 35 (trinta e cinco) famílias, sendo que o número de membros de cada família era variável entre 4 (quatro) a 9 (nove) pessoas. Foram selecionadas as seguintes variáveis para o estudo: Responsável familiar/gênero, idade, estado civil, escolaridade, ocupação, renda familiar, quantidade de filhos, condições de moradia e se recebe benefício social.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) os participantes do Acompanhamento Familiar-PAIF são constituídos por famílias territorialmente referenciadas pelo CRAS que vivem em situações de vulnerabilidade social, sujeitos sem acesso aos serviços públicos, com o enfraquecimento dos vínculos afetivos de pertencimento e sociabilidade (BRASIL, 2015).

Scorel (1999 p.17) conceitua vulnerabilidade social como um processo de exclusão social, e situa em cinco dimensões: “econômico-ocupacional, sociofamiliar, da cidadania, das representações sociais e da vida humana”. Para Sawaia (1999) a exclusão social é um fenômeno multidimensional que considera diversas trajetórias de desvinculação, trajetórias se referem a precariedade e instabilidade em diversos âmbitos.

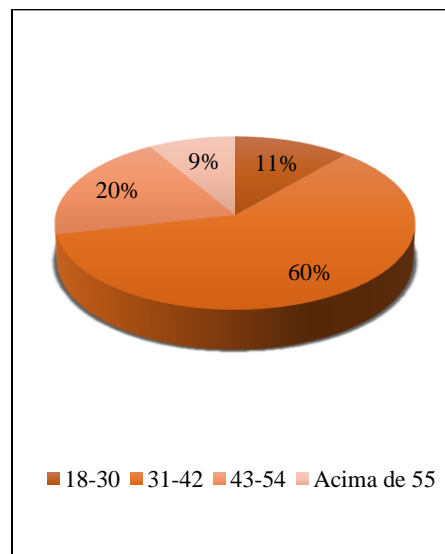
Serão detalhados a partir de agora os gráficos que mostram os resultados do perfil socioeconômico dos usuários do PAIF:

Gráfico 1- Gráfico 1- Resp. Familiar- Gênero



Fonte: Elaboração própria

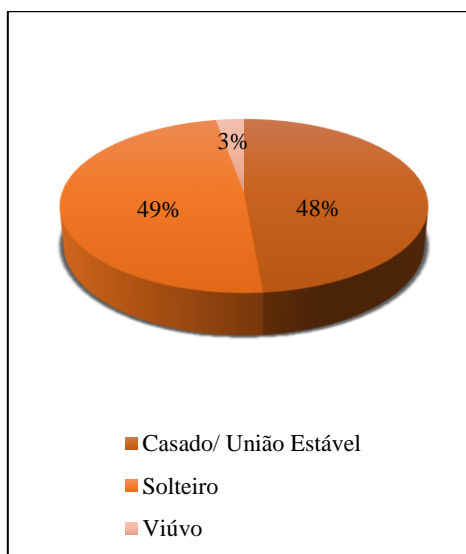
Gráfico 2- Idade



Fonte: Elaboração própria

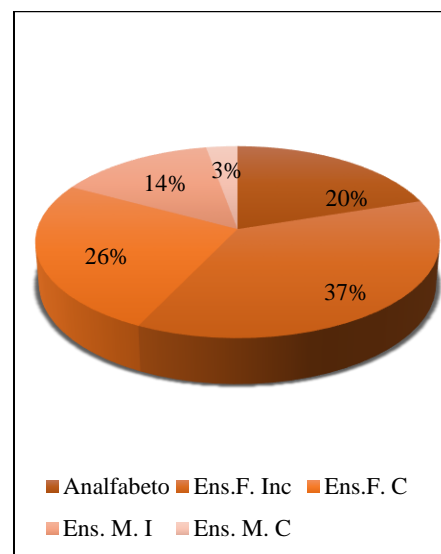
Ao considerar o gráfico 1 verificou-se predominância de mulheres como a responsável familiar, e é o que aponta também a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) que demonstrou crescente aumento de mulheres chefes dos lares mesmo vivendo com cônjuges e filhos (MOURA; LOPES; SILVEIRA, 2016). Para Pacheco (2005) a responsabilidade familiar feminina pode ser decorrente de condições constituídas pela ausência do cônjuge ou, que mesmo possuindo cônjuge, elas se tornam as responsáveis pela sustentação do lar. Essa perspectiva também foi percebida durante toda a pesquisa, pois a participação feminina foi unânime. No gráfico 2 é possível verificar a faixa etária dos participantes, onde o maior percentual está entre 30 e 42 anos.

Gráfico3- Estado Civil



Fonte: Elaboração própria

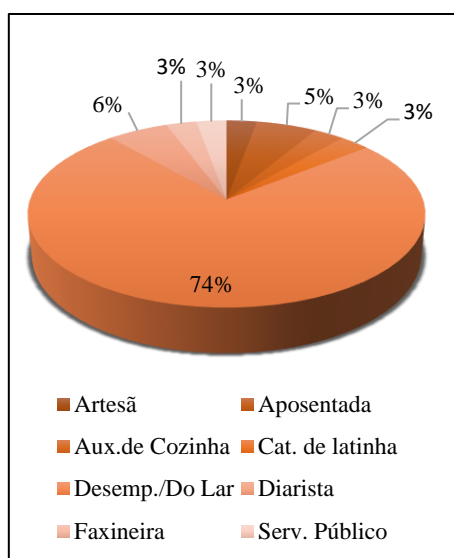
Gráfico4- Escolaridade



Fonte: Elaboração própria

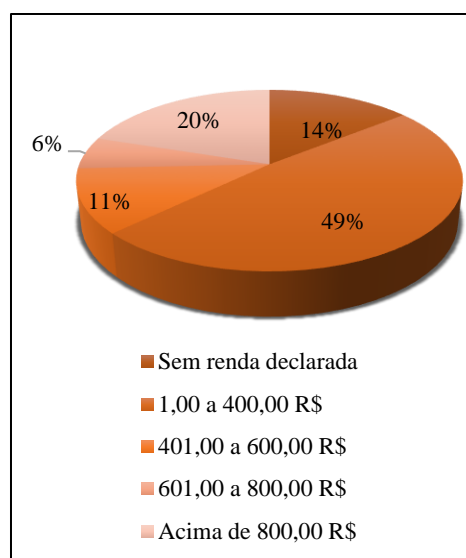
O gráfico 3 apresenta pouca discrepância entre solteiros e casados, não sendo apontado aqui como um fator determinante da continuidade de tais condições. No gráfico 4 é possível constatar analfabetismo e a baixa escolaridade. Ferreira (2000) aponta a escolaridade como um dos fatores que interfere na manutenção da pobreza. A desigualdade de escolaridade está diretamente ligada a desigualdade de renda da população. Para o autor o nível educacional é uma das variáveis que podem explicar a desigualdade brasileira. Em consonância com a questão da escolaridade acima referida, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (BRASIL, 2017) indica que existe vulnerabilidade maior no mercado de trabalho formal para pessoas que estudaram menos.

Gráfico 5- Ocupação



Fonte: Elaboração própria

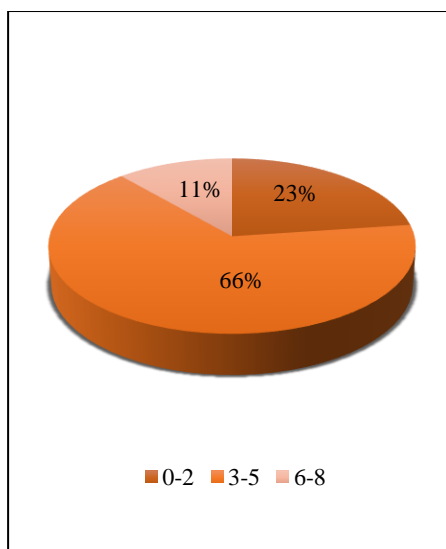
Gráfico 6- Renda Familiar



Fonte: Elaboração própria

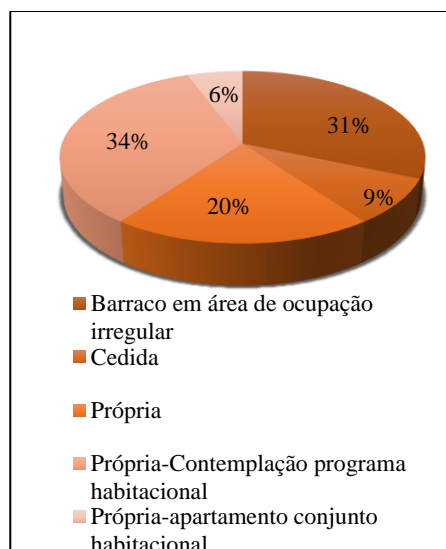
O reflexo da baixa escolaridade pode ser visto no gráfico 5 o qual apresenta porcentagem maior de desempregados, o que possivelmente comprova a baixa escolaridade como um dos fatores que dificulta o acesso ao mercado de trabalho. O gráfico 6 denota baixa renda familiar, onde a maior proporção está entre 1,00 R\$ (um) e 400,00 R\$ (quatrocentos), Oliveira (2013) explica que a escolaridade pode ser um dos vários fatores que interfere no nível de rendimentos dos trabalhadores, pois quanto maior a escolarização maior os salários. Para Hoffman (1980) trabalhadores que não conseguiram colocação no mercado de trabalho formal tendem a exercer atividades de renda excessivamente baixa, o que conseqüentemente colabora para uma condição de marginalidade.

Gráfico 7- Quantidade de Filhos



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 8- Condições de Moradia

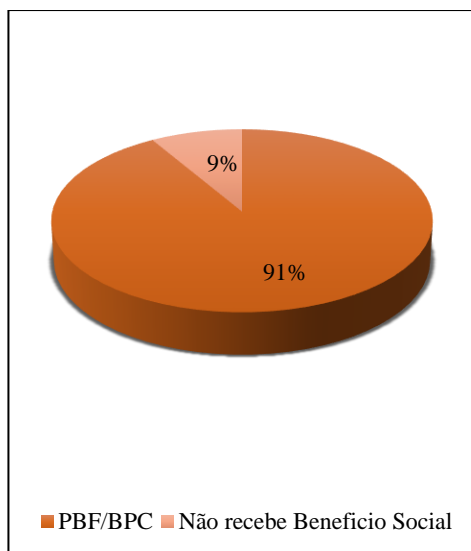


Fonte: Elaboração própria

No gráfico 7 foi possível analisar o aspecto planejamento familiar que, dentre outras coisas, aborda o controle de natalidade, se assim a família o desejar. No caso das famílias pesquisadas, o número de filhos varia entre 3 (três) a 5 (cinco). Para a diretora-executiva do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Natalia Kanem, “planejamento Familiar é um direito humano”, pois preparar para ter uma família também contribui para o empoderamento das mulheres e reduz a pobreza.

O gráfico 8 mostra percentual considerável de moradias precárias (barracos) e indica que parte dos usuários não possuem condições dignas de moradia. Condições que podem também ser resultantes da baixa escolaridade, desemprego e de outras variáveis. Nas visitas domiciliares foi também foi percebido falta de tratamento de esgoto, moradias em condições degradantes e ambientes que indicavam condições insalubres.

Gráfico 9- Recebem Benefício Social



Fonte: Elaboração própria

No gráfico 9 verificou-se que a maioria dos usuários recebem benefício social Programa Bolsa Família (PBF), pois correspondem a famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza. São consideradas famílias pobres as que tem renda mensal entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00 por pessoa e podem participar do programa desde que possuam na sua composição familiar gestantes, crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos e que cumpram os requisitos estabelecidos (BRASIL, 2018).

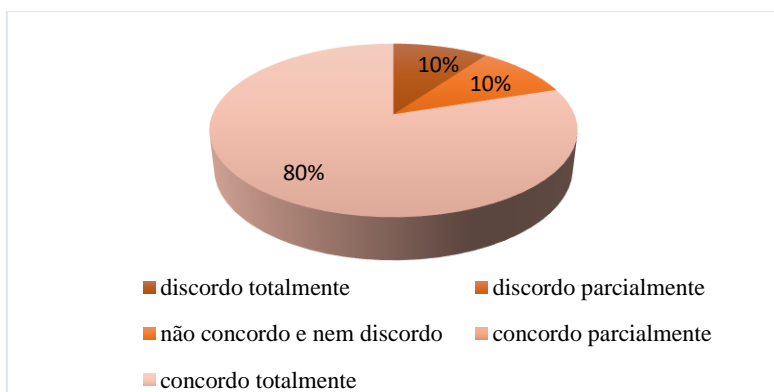
Portanto, mediante os dados apresentados, o perfil socioeconômico dos participantes do PAIF indica que majoritariamente são mulheres, mães, com baixo nível de escolaridade (Ensino Fundamental Incompleto) com idade média de 30 a 42 anos, solteiras, desempregadas, com renda familiar relativamente baixa e que recebem benefício social (Programa Bolsa Família).

4.3. PERCEPÇÃO ASSISTENCIALISTA DOS SERVIÇOS DO PAIF PELOS USUÁRIOS.

4.3.1. AVALIAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Durante o período de coleta de dados foram visitadas 35 (trinta e cinco famílias) sendo que 25 (vinte e cinco) delas por motivos como: mães que não possuíam condições de participar da segunda etapa da pesquisa no CRAS, pois não tinham como levar os filhos, e não tinham com quem deixá-los, gestantes que alegaram não conseguir ir ao CRAS, pessoas não localizadas na residência, pessoas sob efeito de álcool que preferiu não participar, pessoas que declararam exercer trabalho informal na data da segunda etapa da pesquisa e endereço não localizado. Para avaliação do questionário foi selecionando 1 (um) membro de cada família, sendo que o total de questionários avaliados corresponde a 10 (dez) participantes. Os gráficos abaixo representam os resultados das questões afirmativas, e a transcrição das respostas discursivas são apresentadas na Tabela 1.

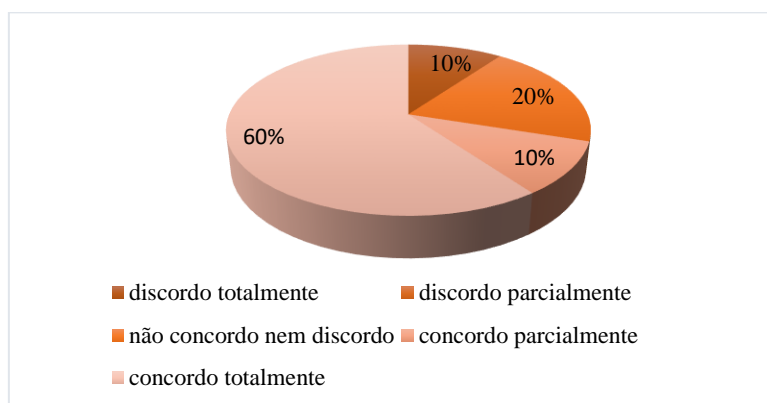
Gráfico 10: Resultado para a afirmativa “O Centro de Referência de Assistência Social CRAS é caracterizado como uma unidade que oferece serviços de assistência social”



Fonte: Elaboração própria

Denominado equipamento da Assistência Social, o CRAS é percebido por 80% dos pesquisados como uma unidade que ajuda a comunidade e que oferece serviços importantes como os benefícios sociais. Freitas (2014) aponta a relevância de estudos que mostrem a percepção dos usuários sobre a efetividade da Assistência Social, já que por meio destes podemos entender a percepção de um grupo social e avaliar os serviços disponibilizados.

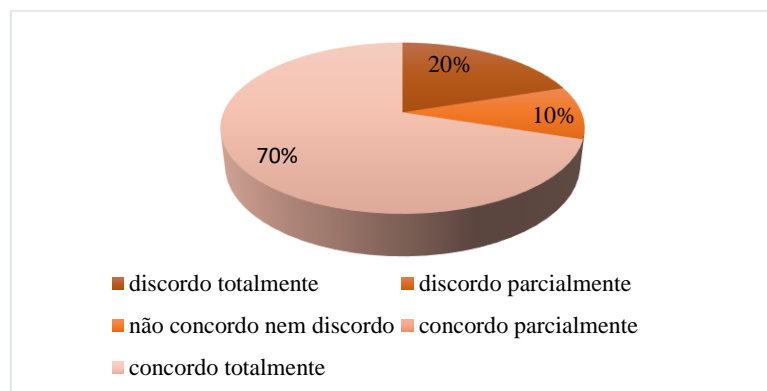
Gráfico 11: Resultado para a afirmativa “Os serviços disponibilizados pelo CRAS contribuem para fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”



Fonte: Elaboração própria

A PNAS estabelece como princípio norteador a matricidade sociofamiliar, a centralidade na família deve garantir a convivência familiar e comunitária, a família é o elemento essencial para efetividade dessa Política (BRASIL, 2004). Os pesquisados que representam 60% avaliaram que após inserção nos serviços ofertados pelo CRAS, melhorou o convívio e os vínculos familiares. Os que não concordaram e nem discordaram somaram 20%, 10% discordaram totalmente e 10% concordaram parcialmente.

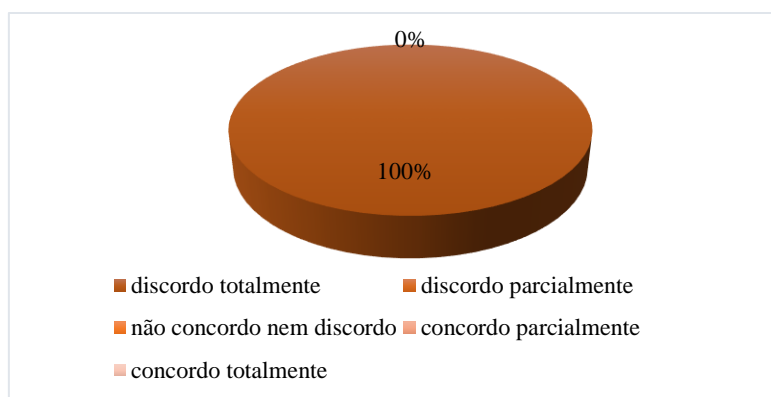
Gráfico 12: Resultado para a afirmativa “O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) estimula o desenvolvimento da autonomia dos participantes”



Fonte: Elaboração própria

Nesta afirmativa o termo “autonomia” precisou ser esclarecido conforme solicitação de alguns participantes. Para Azevedo (2009) autonomia pode significar atitude crítica, manejo adequado de conflitos. 70% dos pesquisados consideram que o serviço tem ajudado e orientado os usuários, mas que ainda não conseguiram superar as situações de vulnerabilidades. 20% discordaram que o serviço tenha contribuído com a autonomia e 10% não concordaram e nem discordaram. Yazbek *et al.* (2010) colocam que os trabalhos sociais realizados pelo CRAS podem ser tanto na perspectiva da autonomia e emancipação social quanto de práticas tuteladoras e que não favorecem o protagonismo dos sujeitos.

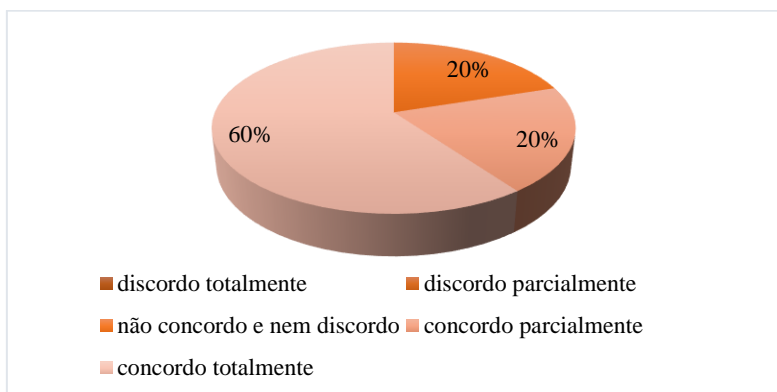
Gráfico 13: Resultado para a afirmativa “A expectativa do participante ao aderir o serviço PAIF é que suas dificuldades sejam atendidas”



Fonte: Elaboração própria

Conforme exposto no gráfico 13, todos os pesquisados que representam um total de 100% concordam e procuram o serviço com a finalidade de resolução das dificuldades. Os usuários depositam suas expectativas no serviço a fim de receberem “ajuda”. Yazbek (1993) alerta que o acesso a Assistência Social não deve ser visto como acomodação, mas um movimento de ação que busque atender as necessidades existentes.

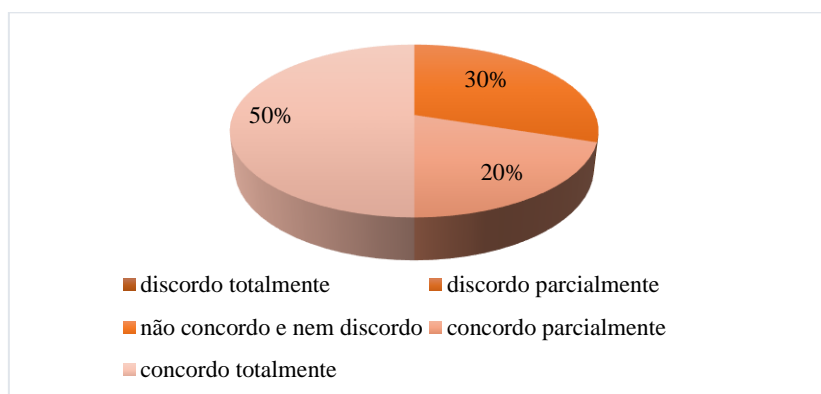
Gráfico 14: Resultado para a afirmativa “O PAIF é responsável por promover ações que atendam as demandas do contexto familiar e comunitário”



Fonte: Elaboração própria

60% dos participantes consideram importantes as ações do PAIF, entre elas as oficinas que são disponibilizadas na sede do CRAS. Uma participante expressou o seguinte comentário: “Eu não sabia nem conversar com meus filhos, só gritava, depois que comecei a participar das atividades no CRAS, eu melhorei muito”. 20% concordam parcialmente com a afirmativa e 20% não concordam que o serviço contribui na resolução das demandas.

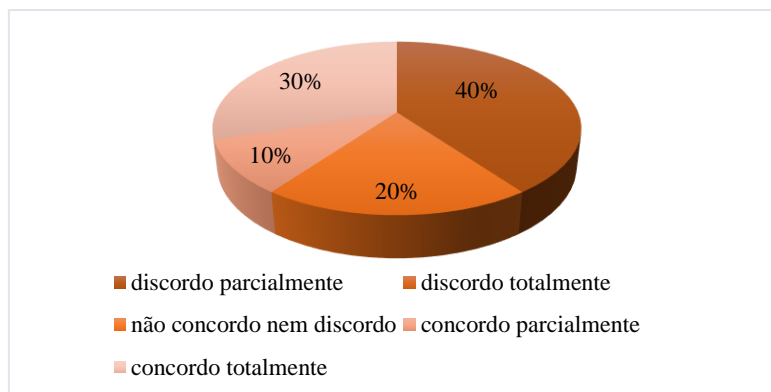
Gráfico 15: Resultado para a afirmativa “O PAIF promove a função protetiva da família, fortalecendo o protagonismo e a autonomia da família e da comunidade e conseqüentemente contribui para o usufruto de direitos.”



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 15 representa os resultados que objetiva responder se o PAIF consolida a perspectiva da efetivação dos direitos socioassistenciais e se as ações desenvolvidas contribuem para a autonomia e emancipação desses sujeitos. Metade dos participantes concordaram plenamente que o serviço contribui e fornece esclarecimentos sobre os direitos sociais. 20% concordaram parcialmente e 30% não concordaram e nem discordaram. O serviço é avaliado como positivo por boa parte dos pesquisados, mas não se pode afirmar ao certo se é desenvolvido em caráter emancipatório, visto que, o entendimento que eles possuem se reduz a concepção de ajuda, não ficando claro a perspectiva da autonomia para o o enfrentamento de dificuldades.

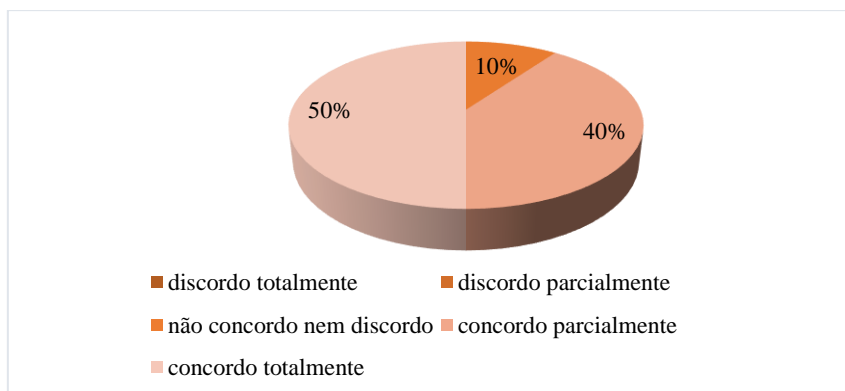
Gráfico 16: Resultado para a afirmativa “Os participantes apresentam dificuldades para se desvincular do PAIF”



Fonte: Elaboração própria

40% dos pesquisados discordaram parcialmente que possuem dificuldades para deixar o acompanhamento familiar. 30% concordaram totalmente que possuem dificuldades em deixar de ser acompanhado, 20% não concordaram e nem discordaram e 10% concordam parcialmente com a afirmativa. De acordo com o comentário da participante: “Pra mim tanto faz está no acompanhamento familiar, não tenho dificuldade em deixar o serviço”, percebeu-se pouca efetividade do serviço.

Gráfico 17: Resultado para a afirmativa “O serviço orienta os participantes no enfrentamento das dificuldades e fortalece os vínculos familiares”



Fonte: Elaboração própria

50% concordaram totalmente, 40% concordaram parcialmente e 10% não concordaram e discordaram com a afirmativa. A maior porcentagem representa os que consideraram existir melhorias no convívio familiar. O serviço tem representado progresso principalmente no aspecto familiar, porém ainda possui algumas fragilidades como principalmente falta de estratégias que estimulem a participação dos usuários.

Tabela 1- Questões discursivas: transcrição das falas das participantes.¹

Q.9) Qual a importância do CRAS para a sua comunidade?	Q.10) A participação social é importante para que todos os direitos sejam assegurados?	Q.11) Você sabe o que significa Assistência Social?	Q.12) O que você sugere para melhorar a qualidade do PAIF?
P.1 “Bom! ajuda pessoas carentes”.	“Sim, Importante”.	“Ajuda as pessoas”	“Acho bom! pra mim tá bom! Só acho longe o CRAS”
P.2 “Bom! não sei explicar direito”.	“Sim”	“Não”	“Estrutura melhor para cursos, mais recursos”.
P.3 “Resolve a maioria dos problemas”.	“Sim”	“Tipo de apoio as pessoas que estão em qualquer tipo de dificuldade”.	“Mais gente, pessoas com vontade de trabalhar, recurso para trabalhar, ajudar”.
P.4 “É importante”.	“Sim”	“Acho que é um tipo de acompanhamento de pessoas que estão em todo tipo de dificuldade, financeira, familiar”	“As pessoas se comprometerem mais em participar, chamar a pessoa para que ela sinta vontade de participar, abordar melhor para que a pessoa se sinta motivada”
P.5 “Bom! Importante! Só o sistema que pouco funciona e é ruim”.	“Sim”	“Sim, famílias de baixa renda, ajuda a ter acesso aos outros órgãos que preciso”	“Ver o lado das crianças de menor, emprego e moradia”.
P.6 “Importante! estrutura as famílias, serviços sociais com as famílias”.	“Sim”	“Mais ou menos”	“Mais recurso”
P.7 “Tudo! Dificuldade orienta como resolver”.	“Sim”	“Resolver os problemas que a pessoa tem na vida”.	“Melhorar mais ainda, orientação”.
P.8 “É bom! Ajuda a gente de várias maneiras, orienta com os filhos, mas falta recurso”.	“Importante”	“Não”	“Tudo certo”.
P.9 “Importante pelos benefícios, ajuda, escola”.	“Sim”	“Não”	“Atendimento e sistema”.
P.10 “Órgão fundamental, participar sair de casa distrai a cabeça”.	“Importante”	“Não”	“Mais dinâmicas com as famílias, mais serviços sociais, filhos ficam muito na rua”.

A questão 9 (nove) sugere aos participantes avaliar qual a importância do CRAS para a comunidade. Em conformidade com as respostas apresentadas, os participantes consideram relevante a atuação do CRAS na comunidade. Uma participante expressou insatisfação com o sistema da unidade, que para ela oscila entre funcionar e lentidão. Então, de acordo com o resultado da respectiva afirmativa pressupõe-se que o CRAS é avaliado positivamente por boa parte dos usuários pesquisados, principalmente no que diz respeito a orientações. Em recente pesquisa realizada por Andrade e Moraes (2017) mostrou que o atendimento recebido por famílias usuárias do CRAS é avaliado pelos

¹ As respostas dos participantes foram totalmente reproduzidas na tabela. A letra “P” corresponde a palavra “Participante”, e são enumerados de 1 (um) ao 10 (dez).

usuários como positivo. Tais pesquisas apontam que a avaliação dos usuários referente ao atendimento do CRAS é predominantemente satisfatória.

Na questão 10 (dez) foi percebido pouca compreensão por parte dos pesquisados sobre o termo “participação social”, a acadêmica pesquisadora esclareceu o termo, e utilizou como exemplo se o pesquisado considerava importante sua participação nesta pesquisa como forma de influenciar na melhoria do serviço oferecido. Todos os participantes avaliaram como importante a participação social para garantia de direitos. Pimenta, Valencio e Lemos (2017) consideram que é por meio da participação social que garantimos a legitimação na sociedade civil, nos afirmamos como sujeitos, protagonistas na construção, condução e transformação da sociedade. Segundo os autores, a participação social deve criar diálogos que possibilitem a melhoria de políticas públicas, para que assim se produza saúde, autonomia e liberdade, com o foco na diminuição das desigualdades.

A questão 11 (onze) deixa explícito que a percepção que os usuários possuem sobre a Assistência Social se afasta da concepção de direito social. A Assistência Social ainda é confundida com o assistencialismo, e é entendida como ajuda pela maioria dos pesquisados. Para Costa e Cardoso (2010) por muito tempo a Assistência Social no Brasil se caracterizou por posturas paternalistas e assistencialistas, o que possivelmente dificulta o processo de mudanças no modo de vida das pessoas. O CRAS pode articular práticas tanto mantedoras do assistencialismo como condutas transformadoras.

As sugestões de melhorias para os serviços são apontadas na questão 12 (doze), entre os apontamentos estão: melhorar a estrutura física para ofertar mais cursos, a qualidade dos atendimentos, mais recursos para o desenvolvimento de projetos com crianças e jovens, pois ficam ociosos na rua, e motivar os usuários para que eles sintam o desejo de participar mais. Referente a sugestão de projetos para criança e jovens, ressalta-se a importância do SCFV que é ofertado em forma complementar ao PAIF, cujo desenvolvimento dá se por meio de atividades artísticas, culturais, de lazer, esportivas entre outras. O serviço estimula a construção e reconstrução de vivências individuais e coletivas (BRASIL, 2015). Aqui identificou-se, a importância do desenvolvimento de projetos de transformação social.

O questionário possibilitou uma rápida avaliação sobre como os usuários percebem o PAIF. Com bases nos resultados averiguou-se que o acompanhamento familiar tem contribuído no enfrentamento de diversas situações, mas não de forma que represente o empoderamento desses usuários, dado que, a Assistência Social ainda é

entendida como ajuda e o perfil socioeconômico mostra que esses usuários continuam em condições subalternas.

Verificou-se também pouca autonomia, pois permanecem por longo período em acompanhamento familiar o que remete a uma condição de passividade no serviço. Tais resultados retratam vestígios da cultura assistencialista que conseqüentemente não contribui para emancipação desses sujeitos.

4.3.2 GRUPO FOCAL: NÃO ADESÃO AO PAIF

O grupo ocorreu na data e horário previamente agendados na sede do CRAS Taquari. Os participantes que estavam aptos para segunda etapa, conforme critérios citados na metodologia, eram 10 (dez). No entanto por motivos como a condição climática (chovia muito), o grupo contou com presença de apenas 2 (duas) participantes. Logo a seguir será apresentada de forma resumida a transcrição das falas partir da pergunta disparadora “O que é o CRAS para você?”. Para tal discussão foi imprescindível proporcionar um clima agradável para que as participantes pudessem expressar suas experiências e impressões sobre o CRAS.

P.1 “O CRAS representa muitas coisas, tenho histórico de depressão, tive experiência em CRAS de outros Estados, e quando conheci o assistente social melhorou bastante! Já tem mais ou menos 2 (dois) anos que frequento o CRAS, mais esclarecimento sobre os meus direitos”.

P.2 “Acho o CRAS importante para a comunidade e acho que as pessoas deveriam usar mais as oficinas, o ambiente aqui ficou melhor após a reforma. Depois que comecei a participar dos encontros, melhorei em casa, o relacionamento familiar. A comunidade deveria dar mais valor ao atendimento, pois a maioria não participa”.

As duas participantes pontuaram que: “deveria ter mais projetos para crianças e adolescentes, tiveram alguns projetos, mas acabaram, e também mais cursos profissionalizantes, em horários que dê para a gente participar”.

O grupo expressou a necessidade e carência de projetos na comunidade. Para elas, os adolescentes deveriam ser incentivados através de projetos sociais desenvolvidos pelo CRAS. Outra questão apontada foi referente a não adesão dos usuários nas ações do PAIF, como por exemplo nas oficinas. As participantes reconhecem a importância dessas ações e alegam falta de participação dos demais usuários.

O encontro possibilitou reunir informações sobre a compreensão que as usuárias possuem sobre o CRAS, e conforme os discursos, consideram a unidade relevante para a comunidade, mesmo possuindo aspectos negativos. Ainda de acordo com a discussão, a

Assistência Social foi expressada numa concepção de uma ajuda. Para o MDS o CRAS além de promover o acesso aos direitos socioassistenciais e o fortalecimento da cidadania, precisa estimular o desenvolvimento da autonomia e a emancipação dos usuários (BRASIL,2004).

Diante tais colocações, não se pode afirmar que esses discursos retratam a realidade da comunidade, já que, a amostra aqui representada foi constituída por uma porção relativamente pequena.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicologia social comunitária assim como a PNAS busca a transformação social por meio de práticas que desenvolvam a autonomia e o protagonismo dos sujeitos. A construção de um sujeito crítico, problematizador e transformador de sua própria realidade, a partir da conscientização, para assim minimizar a alienação, é o que a Psicologia social comunitária propõe (GOIS, 2005; MACIEL; ALVES, 2015). Então, esta pesquisa buscou descrever como o PAIF é percebido por seus usuários, e objetivou responder se esse serviço corresponde ao perfil assistencialista ou se seus participantes são estimulados para emancipação social. Conforme visto, a maior parte dos usuários vinculados se distanciam sobremaneira da emancipação social, o que é um importante indicador para possíveis ajustes de rota em relação ao manejo da equipe na aplicação do PAIF.

O perfil socioeconômico apontou que os usuários permanecem em condições subalternas (moradias precárias, desempregados, com renda relativamente baixa) condicionados a programas de transferência de renda (PBF) como mostrou o gráfico 9. Em pesquisa realizada por Barros e Melo (2016), os beneficiários do PBF não apresentam progressividade quanto ao empoderamento e a emancipação.

De acordo com a percepção dos usuários, o PAIF tem contribuído no enfrentamento de algumas situações, principalmente no que se refere ao convívio familiar. Porém, os resultados mostraram que o serviço ainda não está totalmente alinhado ao preconizado pela PNAS e SUAS no que se refere a emancipação. O CRAS, na percepção dos usuários, é entendido como provedor de benefícios, e reconhecem a Assistência Social como ajuda, conforme apontou o resultado da questão 11. Aqui é pertinente ressaltar que o legado assistencialista corrompe tanto as práticas assistenciais, quanto o olhar do usuário dessa política, pois conforme abordado neste estudo, a Assistência Social tem suas raízes no assistencialismo, e romper com esse paradigma é um dos principais desafios das políticas públicas sociais.

Os resultados também relevaram fragilidade quanto à participação de usuários em ações desenvolvidas no PAIF, conforme verificado nas respostas discursivas do questionário e discussão do grupo focal. Isso sugere que a não adesão ao serviço pode dificultar o processo de emancipação de seus usuários. Tais apontamentos provocaram reflexões sobre a possibilidade de desenvolver estratégias que estimulem a integração e o fortalecimento de vínculos entre os usuários e usuário-serviço, pois, de acordo com Maciel e Alves (2015), é por meio do papel ativo na construção de relações, no fazer

coletivo que o indivíduo se constitui sujeito, a coletividade desenvolve potencialidades e então o indivíduo passa a ser reconhecido como ator social.

Baseando-se nos resultados do perfil socioeconômico nas respostas do questionário e discussão do grupo focal, o perfil do serviço PAIF de acordo com a percepção de seus usuários, está mais voltado ao assistencialismo, pois foi verificado que apesar das contribuições, os usuários se reconhecem como beneficiários de ajuda e reconhecem não conseguir superar as situações de vulnerabilidades. Tais resultados podem evidenciar a não efetividade no que refere a contribuição do PAIF no território em questão para o desenvolvimento de potencialidades, com perspectiva de emancipação.

A Psicologia social comunitária defende que o empoderamento pode representar uma oportunidade de transformação. Kleba e Wendausen (2009 p. 735) concordam com autores que ressaltam que “o empoderamento não pode ser fornecido nem tampouco realizado para pessoas ou grupos, mas se realiza em processos em que esses se empoderam a si mesmos”. Sendo assim, entende-se que os profissionais poderiam estimular espaços que favoreçam o processo de empoderamento, para que os indivíduos possam pensar em condições de mudança, renunciando ao estado de dependência, impotência, se tornando ativos e autônomos (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

Assim, as práticas não devem remeter aos usuários condições de dependência, em relação aos benefícios e serviços, pois quando profissionais atuam na perspectiva dos benefícios enquanto benesses, podem ser reforçadores de um modelo que almejam tanto romper. O olhar do usuário sobre o CRAS precisa ser além de provedor de benefícios (PEREIRA E GUARESCHI, 2014). Assim, estes autores também alertam que os usuários não podem ser culpabilizados por sua condição de vulnerabilidade, pois essa concepção produz individualização e psicologização dos problemas sociais.

Mesmo que Assistência Social ainda possua o desafio de romper com o legado assistencialista e promover atuações com perspectiva de emancipação de seus usuários, a criação do SUAS representa uma inovação importante, já que, possibilitou dar visibilidade e atender pessoas em situações de risco e vulnerabilidade social. O CRAS como principal porta de entrada para a Assistência Social, busca levar cidadania e dignidade à população atendida (CRUZ, 2009).

Finalmente (SAWAIA, 2009, p. 370) coloca que:

Viver é mais que sobreviver. O homem tem necessidade, sim, de pão, mas igualmente de bons encontros potencializadores de liberdade, felicidade, criação e fruição do belo. A transformação social não se dá pela derrubada do tirano. Ela requer ações diferentes, mas combinadas para combater as relações de servidão, e uma delas é sempre a mais urgente: agir no sofrimento ético-político.

Portanto, é evidente a necessidade de novos estudos que abordem as interfaces entre Psicologia e Assistência Social no âmbito teórico e profissional, no sentido de contribuir com discussões para uma práxis de transformação social, e que enfatize o exercício nas Políticas Públicas, pois estas constituem papel importante para a equidade social. Especificamente, uma pesquisa envolvendo a equipe do CRAS em questão seria importante, para verificar como tais profissionais tem manejado o PAIF e quais são suas percepções sobre o referido programa e o engajamento dos usuários.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Anne Graça de Sousa; MORAIS, Normanda Araújo de. Avaliação do Atendimento Recebido no CRAS por Famílias Usuárias. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, p.378-392, jul. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37n2/1982-3703-pcp-37-2-0378.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2018.
- AZEVÊDO, Adriano Valério dos Santos. A Psicologia Social, Comunitária E Social Comunitária: Definições dos objetos de estudo. **Psicologia em Foco**, Aracaju, p.64-72, dez. 2009.
- BARROS, Valeria Rezende Freitas; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Empoderamento ou mudança de situação financeira? Um estudo com beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [s.l.], v. 21, n. 70, p.264-281, 6 dez. 2016. Fundação Getúlio Vargas. <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v21n70.57697>.
- BRANCO, Amélia Aparecida Lopes Vieira; EMILIO, Gustavo Fernandes; SANTOS, Nilza Pinheiro dos. **Serviço Social, direito e cidadania** [livro eletrônico] Curitiba: Intersaberes, 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 01 maio 2018.
- _____. Centro De Referências Técnicas Em Psicologia E Políticas PÚBLICAS. **CREPOP**: Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS /. Brasília: Conselho Federal de Psicologia (CFP), 2007. Disponível em: <<http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Referências-Técnicas-para-Atuação-das-Psicólogas-no-CRAS-SUAS.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2018.
- _____. Conselho Federal De Psicologia. **Resolução CFP Nº 005/2003**. 2003. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2003_5.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- _____. **Lei Nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993**: Lei Orgânica da Assistência Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 10 maio 2018.
- _____. Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>>. Acesso em: 12 maio 2018.

_____. Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome. **Centro de Referência de Assistência Social - Cras**. 2015 Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/idades-de-atendimento/cras>>. Acesso em: 12 maio 2018.

_____. Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome. **NOB-RH Anotada e Comentada**-Brasília, 2011 Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. 2016. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Cartilha_PAIF_1605.pdf>. Acesso em: 12 maio 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. Vol. 2 Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf>. Acesso em: 03 maio 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília, nov. 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004 Norma Operacional Básica NOB/SUAS** Brasília, nov. de 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

_____. Ministério Do Trabalho. . **Quanto maior a escolaridade, menor o desemprego, aponta Caged**. 2017. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/noticias/4778-quanto-maior-a-escolaridade-menor-o-desemprego-aponta-caged>>. Acesso em: 27 out. 2018.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2009/cnas-2009-109-11-11-2009.pdf/view>>. Acesso em: 10 maio 2018.

_____. Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

ALVES, Márcia Oliveira. **Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social: das origens aos dias atuais** [livro eletrônico] Curitiba: Intersaberes, 2017.

CAMPOS, Luiz Fernando de Lara. **Métodos e Técnicas e Psicologia**. 5. ed. Campinas: Alínea, 2015.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Introdução: A Psicologia Social Comunitária. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas et al. **Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 09-14.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Trad. de José P. Netto e Balkys Villalobos. 7ª. Edição. São Paulo: Cortez, 2006

Centro De Referências Técnicas Em Psicologia E Políticas PÚBLICAS. **CREPOP**: Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS /. Brasília: Conselho Federal de Psicologia (CFP), 2007. Disponível em: <<http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Referências-Técnicas-para-Atuação-das-Psicólogas-no-CRAS-SUAS.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2018.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Ana Flávia de Sales; CARDOSO, Claudia Lins. Inserção do Psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. **Gerais**, Juiz de Fora, p.223-229, dez. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202010000200011>. Acesso em: 04 nov. 2018.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 32-63.

CRUZ, José Marcos de Oliveira. PRÁTICAS PSICOLÓGICAS EM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Psicologia em Foco**, Aracajú, p.10-27, jun. 2009.

ESCOREL, S. Vidas ao leu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

Ferreira, Francisco H.G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? IN: HENRIQUE, Ricardo. (IPEA). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. P. 131-158.

FERREIRA, Maria Cristina. A Psicologia Social Contemporânea: Principais Tendências e Perspectivas Nacionais e Internacionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, p.51-64, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26nspe/a05v26ns.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

FREITAS, Cristiane Davina Redin. **Assistência Social na Perspectiva dos Usuários: Representações Sociais e Ideologia**. 2014. 176 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Psicologia Na Comunidade, Psicologia Da Comunidade e Psicologia Social Comunitária- Práticas da Psicologia em comunidades nas décadas de 1960 a 1990, no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas et al. **Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 44-80.

GÓIS, C. W. L. (2005). Psicologia Comunitária: atividade e consciência. Fortaleza: publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima (2005). Psicologia Comunitária: atividade e consciência. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. Psicologia comunitária. **Universitas Ciências da Saúde**, Brasília, p.277-297, 2003. Disponível em:<<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/cienciasaude/article/viewFile/511/332>> Acesso em: 20 abr. 2018.

GONÇALVES, Mariana Alves; PORTUGAL, Francisco Teixeira. Análise histórica da psicologia social comunitária no Brasil. **Psicologia e Sociedade**, Rio de Janeiro, p.562-571, 2016.

HOFFMANN, Helga. Desemprego e subemprego no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 2ª Edição, 1980.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos CEDES, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, p.733-743, jul. 2009.

KOHARA, Luiz Tokuzi. Relações entre condições da moradia e o desempenho escolar: um estudo com residentes em cortiços/ Luiz Tokuzi Kohara. São Paulo, 2009.

LANE, S. T. M. O que é Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção primeiros passos).

LANE, Silvia T. M. (2006). Histórico e fundamento da psicologia comunitária no Brasil. Em Campos, R. H. F. *Psicologia Social Comunitária*. p.17-74, Rio de Janeiro: Vozes.

MACIEL, Ania Maria de Freitas Barros; ALVES, Monalisa Barbosa. A importância da psicologia social comunitária para o desenvolvimento sustentável. **Pesquisa e Práticas Psicossociais**, São João Del-rei, p.272-282, dez. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000200005>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MACIEL, Tania Maria de Freitas Barros; ALVES, Monalisa Barbosa. A importância da psicologia social comunitária para o desenvolvimento sustentável. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, p.272-282, dez. 2015. Tania Maria de Freitas Barros Maciel. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000200005>. Acesso em: 04 nov. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

Martín-Baró, I. (1989). El Papel del psicólogo en el Contexto Centroamericano. *Boletín AVEPSO*, vol. XII, 3, 6-17.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MESZAROS, Istiván. **A Teoria da Alienação em Marx**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/326784692/MESZAROS-Istvan-a-Teoria-Da-Alienacao-Em-Marx>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

MOTTA, Roberta Fin; SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger. A Psicologia na assistência social: transitar, travessia. **Psicologia e Sociedade**, São Paulo, p.230-239, 2013.

MOURA, Renan Gomes de; LOPES, Paloma de Lavor; SILVEIRA, Regina Coeli da. Gênero e família: a mulher brasileira chefe de família. Que mulher é esta? **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, p.55-66, out. 2016.

NEPOMUCENO, Léo Barbosa et al. Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação. **Psico**, Porto Alegre, p.456-464, 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrio.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/3532/3836>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

OLIVEIRA, Fábio Porto de et al. Psicologia Comunitária e Educação Libertadora. **Psicologia: Teoria e Prática**, Fortaleza, p.147-161, 2008. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Editora/Revista_Psicologia/Teoria_e_Pratica_Vol_ume_10_numero_2/Psicologia_10_2-ok.artigo11.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.

OLIVEIRA, Marcus Vinícius de. Abertura. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **IV Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas**. Maceió: CFP/ULAPSI, 2007. p. 11-14.

OLIVEIRA, Ramon de. Educação, pobreza e emprego: uma análise a partir das categorias escolaridade, gênero e cor. **Perspectiva**, [s.l.], v. 31, n. 2, p.687-719, 13 maio 2013. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795x.2013v31n2p687>.

PACHECO, Ana Lucia Paes de Barros. **Mulheres pobres e chefes de família**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, Vinicius Tonollier; GUARESCHI, Pedrinho A.. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PSICOLOGIA SOBRE OS USUÁRIOS DO CRAS: CULPABILIZAÇÃO DOS SUJEITOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL. **Diálogos**, Canoas, p.09-24, ago. 2014.

PIANA, Maria Cristina. AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO: NATUREZA E DESENVOLVIMENTO. In: PIANA, Maria Cristina. **Construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 21-56.

PIMENTA, Lígia Caroline Pereira; VALENCIO, Rafael Dias; LEMOS, Danilo Candido. Psicologia, políticas públicas e participação social: diálogos com a Multidão. **Gerais**, Belo Horizonte, p.239-249, dez. 2017. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202017000200009>. Acesso em: 04 nov. 2018.

RAMMINGER, Tatiana. Psicologia comunitária X assistencialismo: possibilidades e limites. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Porto Alegre, p.42-45, mar. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000100005>. Acesso em: 04 abr. 2018.

RAPPAPORT, Julian. Terms of empowerment/exemplars of prevention: Toward a theory for community psychology. **American Journal Of Community Psychology**, [s.l.], v. 15, n. 2, p.121-148, abr. 1987. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1007/bf00919275>

REIS, Carlos Nelson dos; PESTANO, Cíntia Ribes. A especificidade da Assistência Social: algumas notas reflexivas. **Revista Virtual Texto e Contexto**, p.1-23, nov. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1013/5270>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite. ASSISTENCIALISMO, PRIMEIRO-DAMISMO E MANIPULAÇÃO SOCIAL: A ATUAÇÃO DE LÚCIA BRAGA NO ESTADO PARAIBANO NA DÉCADA DE 1980. **História e Cultura**, Franca, p.178-198, nov. 2017.

SAWAIA, B.B. (Org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 21, n. 3, p.364-372, dez. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822009000300010>.

SILVA, Chris Giselle Pegas Pereira da. **Trabalho do assistente social com famílias no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): uma questão de habitus**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 1., 2015, Londrina. Anais... Londrina: UEL, 2015. p.11.

SILVA, Janaína Vilares da; CORGOZINHO, Juliana Pinto. ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO, SUAS/CRAS E PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA: POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES. **Psicologia e Sociedade**, Palmas, p.12-21, 2011.

SILVA, Luiz Etevaldo da. O SENTIDO E SIGNIFICADO SOCIOLÓGICO DE EMANCIPAÇÃO. **E-curriculum**, São Paulo, p.751-765, dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/8924/13299>>. Acesso em: 10 maio 2018.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto

Alegre: Ufrgs, 2009. p. 31-36. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

SILVEIRA, J. I. Sistema único de assistência social: institucionalidade e práticas. In: BATINNI, O. (Org.) **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras; Curitiba: Cipec, 2007.

SPOSATI, Adaíza de Oliveira et al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: Uma questão em Análise**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SPOSATI, Adaíza de Oliveira. **A Assistência Social no Brasil, 1983- 1990**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

TORRES, Iraildes Caldas. **As Primeiras-Damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **O que é Psicologia Comunitária**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.a, 1987.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Educação Popular: de uma Prática Alternativa a uma Estratégia de Gestão Participativa das Políticas de Saúde. **Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, p.67-83, 2004. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/physis/v14n1/v14n1a05.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho. POSSIBILIDADES SOLIDÁRIAS E EMANCIPATÓRIAS DO TRABALHO: CAMPO FÉRTIL PARA A PRÁTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA. **Psicologia e Sociedade**. p.58-69, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/psoc/v17n2/27045.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

XIMENES, Verônica Moraes; PAULA, Luana Rêgo Colares de; BARROS, João Paulo Pereira. Psicologia Comunitária e Política de Assistência Social: Diálogos Sobre Atuações em Comunidades. **Psicologia Ciência e Profissão**, Fortaleza, p.686-699, 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932009000400004&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 19 abr. 2018.

Yazbek, M.C., Mestriner, M.L., Chiachio, N.B., Raichelis, R., Paz, R., Nery, V. (2010). O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais- desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In B.R. Couto, M.C. Yazbek, M. O. S. Silva, R.A. Raichelis (Orgs.), **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento** p 138-204. São Paulo: Cortez.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo, 1993.

_____. Maria Carmelita. **As ambiguidades da assistência social brasileira após dez anos de Loas**. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, ano XXV, n. 77, mar. 2004.

_____. Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

ZITKOSKI, Jaime José. Cidade educadora e emancipação social: o desafio da educação fundamentada numa razão dialógica. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, p.179-186, ago. 2005. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6315>>. Acesso em: 10 maio 2018.

APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE – N. _____

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **“O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família em Centro de Referência de Assistência Social de Palmas–TO: assistencialismo ou emancipação social?”**, desenvolvida pela acadêmica-pesquisadora Suiane Ribeiro Luz Freitas Cortes, discente do curso de graduação de Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas CEULP-ULBRA, sob orientação da Pesquisadora-Responsável Professora M.e Lauriane dos Santos Moreira. O convite a sua participação se deve por ser participante do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS-Taquari de Palmas-TO e sua cooperação é muito importante, pois a pesquisa irá oportunizar sua participação em um processo de percepção e análise crítico que tem como objetivo contribuir com a construção do fortalecimento e desenvolvimento do sujeito e o aprimoramento das práticas assistenciais desenvolvidas na comunidade. Se você tiver interesse em participar deverá assinar este documento em duas vias iguais, sendo que o participante da pesquisa receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso não queira participar, não sofrerá nenhum tipo de penalidade por isso. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado caso decida não participar da pesquisa ou, tendo aceitado, desistir desta. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Se tiver qualquer dúvida sobre a pesquisa, poderá procurar a Pesquisadora-Responsável Lauriane dos Santos Moreira pelo telefone (63) 992442157 e também o Comitê de Ética do Centro Universitário Luterano de Palmas pelo telefone 3219-8076. A pesquisa segue a resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Assinatura do Sujeito Participante

Suiane Ribeiro Luz Freitas Cortes
Assinatura da Acadêmica Pesquisadora

Prof. M.e. Lauriane dos Santos Moreira
Assinatura do Pesquisador Responsável

Identificação do (a) Pesquisador (a) Responsável	
Nome: Lauriane dos Santos Moreira	Telefone: (63) 992442157
Profissão: Psicóloga	Registro no Conselho: CRP 23/356
Email: lauriane@ceulp.edu.br	Endereço Profissional: Centro Universitário Luterano de Palmas, Coordenação de Psicologia, Av. Teotônio Segurado, 1501 Sul, CEP.: 77.019-900, Palmas – TO.

Abaixo serão esclarecidas as informações referentes a proposta da pesquisa.

- I. **Dos objetivos da pesquisa:** Verificar as percepções dos usuários CRAS Taquari referente ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
- II. **Do objetivo da participação do sujeito:** Compreender como sujeito percebe o serviço PAIF.
- III. **Dos procedimentos para coleta de dados:** Serão utilizados para coleta de dados a elaboração de diário de campo, o qual será feito de forma livre a partir das impressões que a pesquisadora-participante tiver do cenário. Além disso, será aplicado questionário (APÊNDICE B), de elaboração própria, para levantar variáveis acerca da percepção dos usuários sobre o PAIF. Finalmente, no Grupo Focal será utilizada a pergunta disparadora da discussão “O que é o CRAS para você?”. Participará da coleta de dados no grupo focal um acadêmico-pesquisador voluntário, que registrará por escrito as principais discussões surgidas.
- IV. **Da utilização das informações coletadas:** Os dados coletados ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável e serão arquivados sob responsabilidade da pesquisadora responsável por cinco anos.

Assinatura do Sujeito Participante

Suiane Ribeiro Luz Freitas Cortes
Assinatura da Acadêmica Pesquisadora

Prof. M.e. Lauriane dos Santos Moreira
Assinatura do Pesquisador Responsável

- V. **Dos riscos:** O pesquisado poderá sentir-se desconfortável ao opinar sobre o serviço do qual é participante, podendo apresentar um desconforto psicológico em decorrência dessas indagações. Caso o pesquisado apresente tal desconforto, será encaminhado para o Serviço de Psicologia (SEPSI) do CEULP/ULBRA, localizado no Núcleo de Atendimento à Comunidade (NAC), localizado na Quadra. 108 Norte, alameda. 12, lote 10 – Plano Diretor Norte – Palmas/TO, telefone (63) 3223-2016, no qual são oferecidos serviços psicológicos gratuitos à comunidade. Para minimizar os riscos de acidentes referente ao deslocamento do participante até o CRAS, a etapa de realização do grupo focal ocorrerá logo após a reunião mensal que a unidade do CRAS oferece aos participantes do PAIF. Ou seja, eles já estarão na sede do CRAS para atividades que o serviço oferece e a acadêmica-pesquisadora se utilizará desse horário. Então, os participantes que tiverem concluído o questionário serão convidados a permanecerem na unidade por mais uma hora para participarem do grupo focal. Esse procedimento evita um deslocamento adicional ao CRAS e conseqüentemente sua exposição a possíveis acidentes decorrente de deslocamento em função da pesquisa. Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa, conforme determina a resolução 466/12 (CNS).

Vale ressaltar que toda pesquisa há risco direto ou indireto de identificação do participante. Porém em respeito aos sujeitos informantes da pesquisa, preservando seu anonimato e a confidencialidade dos dados fornecidos, para que isso não ocorra a acadêmica-pesquisadora se responsabilizará por codificar os dados de investigação o mais breve possível e se comprometerá a proteger os dados da pesquisa contra roubos, reprodução ou difusão acidental. A Pesquisa não pretende provocar constrangimentos ou prejuízos aos participantes, e será realizada de modo a preservar a garantia do sigilo de dados confidenciais.

Assinatura do Sujeito Participante

Suiane Ribeiro Luz Freitas Cortes
Assinatura da Acadêmica Pesquisadora

Prof. M.e. Lauriane dos Santos Moreira

Assinatura do Pesquisador Responsável

- VI. **Dos benefícios:** Possibilidades de reflexões enquanto sujeitos de direitos e construtores de sua história, problematizando conceitos de assistencialismo e assistência social, visto que, essas definições propõem diferentes entendimentos. Por meio da participação os sujeitos ampliam suas possibilidades e potencialidades, sendo que, a pesquisa em questão busca expor as percepções referente ao serviço oferecido, para que posteriormente se faça reflexões do processo de desenvolvimento de práticas da PNAS, considerando seus avanços e desafios.
- VII. **Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos:** A participação no estudo não acarretará custos e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Caso o participante se sinta prejudicado comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização, conforme itens III.2, IV.4.c, V.3, V.5 e V.6 da Resolução CNS 466/12.
- VIII. **Da liberdade de recusar, desistir e retirar meu consentimento:** O participante tem a liberdade de desistir de participar dessa pesquisa a qualquer tempo, sem que isso acarrete penalidades de qualquer natureza.
- IX. **Da garantia do sigilo e da privacidade:** Os resultados alcançados por essa pesquisa serão mantidos em sigilo, mas poderão ser divulgados em publicações científicas desde que seja resguardada a identidade do participante.
- X. **Da garantia de esclarecimentos e informações a qualquer tempo:** O sujeito poderá esclarecer suas dúvidas sobre a pesquisa a qualquer tempo e consultar a acadêmica-pesquisadora ou a pesquisadora responsável.

Assinatura do Sujeito Participante

Suiane Ribeiro Luz Freitas Cortes
Assinatura da Acadêmica Pesquisadora

Prof. M.e. Lauriane dos Santos Moreira
Assinatura do Pesquisador Responsável

**Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Luterano de Palmas –
CEPCEULP**

Endereço: Avenida Teotônio Segurado 1501 Sul Palmas – TO CEP 77.018-900

Telefone: (63) 3219-8076

E-mail: etica@ceulp.edu.br

Assim, após convenientemente esclarecido pelo pesquisador, ter lido este Termo e ter entendido o que me foi explicado oralmente e devidamente apresentado neste documento, consinto voluntariamente em participar desta pesquisa rubricando todas as folhas deste Termo e assinando a última.

Palmas, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Sujeito Participante

APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO

Data da Aplicação: / /

Instruções: O questionário contém perguntas referente a sua percepção sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), não há resposta certa ou errada, você deverá responder de acordo com o seu entendimento, marcando apenas uma resposta para cada pergunta utilizando um “x” no parêntese da opção escolhida. Sua resposta deve corresponder a numeração que represente sua percepção em relação ao que será perguntado. As opções de respostas serão apresentadas conforme a tabela de instrução que segue abaixo. As perguntas discursivas também devem ser respondidas de acordo com a compreensão do serviço recebido.

Informações Pessoais:

Idade:	Naturalidade:
Sexo:	Estado Civil:
Escolaridade:	Profissão:
Quantidade de filhos:	Quantidade de membros na família:

Tabela de instrução para marcação de respostas

Opções:	Corresponde ao número:
discordo totalmente	1
discordo parcialmente	2
não concordo nem discordo	3
concordo parcialmente	4
concordo totalmente	5

1.O Centro de Referência de Assistência Social CRAS é caracterizado como uma unidade que oferece serviços de assistência social.

Opções
1 ()
2 ()
3 ()
4 ()
5 ()

2.Os serviços disponibilizados pelo CRAS contribuem para fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Opções
1 ()
2 ()
3 ()
4 ()
5 ()

3. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) estimula o desenvolvimento da autonomia dos participantes.

Opções
1 ()
2 ()
3 ()
4 ()
5 ()

4. A expectativa do participante ao aderir o serviço PAIF é que suas dificuldades sejam atendidas.

Opções
1 ()
2 ()
3 ()
4 ()
5 ()

5. O PAIF é responsável por promover ações que atendam as demandas do contexto familiar e comunitário.

Opções
1 ()
2 ()
3 ()
4 ()
5 ()

6. O PAIF promove a função protetiva da família, fortalecendo o protagonismo e a autonomia da família e da comunidade e conseqüentemente contribui para o usufruto de direitos.

Opções
1 ()
2 ()
3 ()
4 ()
5 ()

7.Os participantes apresentam dificuldades para se desvincular do PAIF.

Opções
1 ()
2 ()
3 ()
4 ()
5 ()

8.O serviço orienta os participantes no enfrentamento das dificuldades e fortalece os vínculos familiares.

Opções
1 ()
2 ()
3 ()
4 ()
5 ()

9. Qual a importância do CRAS para a sua comunidade?

10. A participação social é importante para que todos os direitos sejam assegurados?

11. Você sabe o que significa assistência social?

12. O que você sugere para melhorar a qualidade do PAIF?

ANEXO A

CENTRO UNIVERSITÁRIO
LUTERANO DE PALMAS -
ULBRA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA EM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALMAS-TO: assistencialismo ou emancipação social?

Pesquisador: Lauriane dos Santos Moreira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 94879218.4.0000.5516

Instituição Proponente: Centro Universitário Luterano de Palmas - ULBRA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.893.111

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram copiadas do arquivo PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1089073 Projeto de Pesquisa apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Trata-se de uma pesquisa aplicada descritiva de campo e caráter qualitativo. a população dessa pesquisa constituída A amostra da pesquisa será do tipo amostra por conveniência, pois são constituídas por pessoas que estão ao alcance do pesquisador e dispostas a responder questionários, mediante concordância em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE (ANEXO A), conforme a Resolução CNS nº 466/2012. Os pesquisados serão participantes do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), segundo informações do CRAS Taquari, a média de acompanhamentos do PAIF é de 35 a 42 famílias por semestre. A meta dessa amostra e que participem 40 famílias.

A pesquisa será realizada Centro de Referência de Assistência Social- CRAS do bairro Taquari, localizado na Av. LO 15, quadra T. 21, ATM 45, Palmas-TO. Também serão realizadas visitas

Endereço: Avenida Teotônio Segurado, 1501 Sul Prédio 5 Sala 541
Bairro: Plano Diretor Sul **CEP:** 77.019-900
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3219-8076 **Fax:** (63)3219-8005 **E-mail:** etica@ceulp.edu.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
LUTERANO DE PALMAS -
ULBRA**



Continuação do Parecer: 2.893.111

domiciliares às famílias participantes do PAIF, no período de agosto a outubro de 2018.

Os Critérios de Inclusão: Poderão participar da pesquisa pessoas de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 18 anos, devendo estar inclusos no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) do CRAS Taquari, e que concordarem em assinar o TCLE.

Os Critérios de Exclusão: Não participarão da pesquisa os usuários do PAIF que no período da coleta de dados estejam inacessíveis por qualquer motivo. Também serão excluídos aqueles que não puderem participar da segunda etapa da pesquisa (grupo focal). Possuir idade inferior a 18 anos e pessoas que não concluírem os questionários

As Variáveis são assistencialismo, definido por Ramminger (2001) como uma prática de exclusão que retro-alimenta a miséria. Outra variável é acesso a direitos, o qual foi estabelecido na Constituição Federal de 1988, no art.6º que determina que os direitos sociais devem ser garantidos aos cidadãos. E também terá como variável a percepção dos usuários de um CRAS. Para Chauí (2000) a percepção é definida como uma relação do sujeito com o mundo exterior. O mundo percebido é subjetivo, possui significados, no qual o sujeito dá às coisas percebidas sentidos e novos valores, pois a percepção é a interação do sujeito com o mundo.

Os Instrumentos serão utilizados para coleta de dados a feitura de diário de campo, o qual será feito de forma livre a partir das impressões que a pesquisadora-participante tiver do cenário. Além disso, será aplicado questionário, de elaboração própria, para levantar variáveis acerca da percepção dos usuários sobre o PAIF. Finalmente, no Grupo Focal será utilizada a pergunta disparadora da discussão “O que é o CRAS para você?”.

Em relação aos Procedimento de Coleta será feito durante toda a inserção da acadêmica pesquisadora será feito diário de campo da experiência vivenciada, o que também será objeto de análise da presente pesquisa. Etapa 1 – Contato inicial com CRAS e levantamento documental: A princípio se entrará em contato com a equipe do CRAS para ter acesso aos cadastros das famílias inclusas no PAIF, buscando traçar um perfil socioeconômico. Etapa 2 – Visita às famílias: As famílias cadastradas serão visitadas pela acadêmica-pesquisadora para conhecer o contexto familiar a partir das variáveis que interessam ao PAIF e, para um levantamento mais apurado delas, será aplicado um questionário que é autoaplicável, mas se o participante precisar de ajuda a acadêmica-pesquisadora prestará os esclarecimentos necessários, inclusive fazendo leitura e

Endereço: Avenida Teotônio Segurado, 1501 Sul Prédio 5 Sala 541
Bairro: Plano Diretor Sul **CEP:** 77.019-900
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3219-8076 **Fax:** (63)3219-8005 **E-mail:** etica@ceulp.edu.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
LUTERANO DE PALMAS -
ULBRA**



Continuação do Parecer: 2.893.111

explicando terminologias técnicas, se for o caso. Na ocasião também será feito o convite para participação de um encontro no CRAS a partir da perspectiva do grupo focal, conforme descrito abaixo. Etapa 3 – Realização de Grupo Focal: Será feito 1(um) encontro com as famílias cadastradas no PAIF, a partir da metodologia do grupo focal, tendo como disparadora da discussão a pergunta “o que é o CRAS para você?”. A pergunta é aberta para que possa vir do grupo as diferentes perspectivas que cada participante tem do serviço. Etapa 4 – Análise dos dados e devolutiva: A partir do levantamento dos procedimentos realizados, os dados serão analisados a partir da perspectiva da psicologia social comunitária, buscando verificar se o empoderamento está sendo alcançado e, também, se os serviços ofertados, conforme percepção dos usuários, estão atingindo o preconizado pela PNAS no que se refere ao PAIF. os resultados da pesquisa serão apresentados para as famílias participantes, através de reunião marcada na sede do CRAS. Também será feita devolutiva à equipe do CRAS.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

Verificar as percepções dos usuários do CRAS Taquari referente ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

Objetivos Específicos

Verificar as percepções dos usuários do CRAS Taquari referente ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

- Riscos: O pesquisado poderá sentir-se desconfortável ao opinar sobre o serviço do qual é participante, podendo apresentar um desconforto psicológico em decorrência dessas indagações. Caso o pesquisado apresente tal desconforto, será encaminhado para o Serviço de Psicologia (SEPSI) do CEULP/ULBRA, localizado no Núcleo de Atendimento à Comunidade (NAC), localizado na Quadra. 108 Norte, alameda. 12, lote 10 – Plano Diretor Norte – Palmas/TO, telefone (63) 3223-2016, no qual são oferecidos serviços psicológicos gratuitos à comunidade. Para minimizar os riscos de acidentes referente ao deslocamento do participante até o CRAS, a etapa de realização do grupo focal ocorrerá logo após a reunião mensal que a unidade do CRAS oferece aos participantes do PAIF. Ou seja, eles já estarão na sede do CRAS para atividades que o serviço oferece e a

Endereço: Avenida Teotônio Segurado, 1501 Sul Prédio 5 Sala 541
Bairro: Plano Diretor Sul **CEP:** 77.019-900
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3219-8076 **Fax:** (63)3219-8005 **E-mail:** etica@ceulp.edu.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
LUTERANO DE PALMAS -
ULBRA**



Continuação do Parecer: 2.893.111

acadêmica-pesquisadora se utilizará desse horário. Então, os participantes que tiverem concluído o questionário serão convidados a permanecerem na unidade por mais uma hora para participarem do grupo focal. Esse procedimento evita um deslocamento adicional ao CRAS e conseqüentemente sua exposição a possíveis acidentes decorrente de deslocamento em função da pesquisa. Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa, conforme determina a resolução 466/12 (CNS). Vale ressaltar também que toda pesquisa há risco direto ou indireto de identificação do participante. Porém em respeito aos sujeitos informantes da pesquisa, preservando seu anonimato e a confidencialidade dos dados fornecidos, para que isso não ocorra a acadêmica-pesquisadora se responsabilizará por codificar os dados de investigação o mais breve possível e se comprometerá a proteger os dados da pesquisa contra roubos, reprodução ou difusão acidental. A Pesquisa não pretende provocar constrangimentos ou prejuízos aos participantes, e será realizada de modo a preservar a garantia do sigilo de dados confidenciais.

-Benefícios: Possibilidades de reflexões enquanto sujeitos de direitos e construtores de sua história, problematizando conceitos de assistencialismo e assistência social, visto que, essas definições propõem diferentes entendimentos. Por meio da participação os sujeitos ampliam suas possibilidades e potencialidades, sendo que, a pesquisa em questão busca expor as percepções referente ao serviço oferecido, para que posteriormente se faça reflexões do processo de desenvolvimento das práticas da PNAS, considerando seus avanços e desafios.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- Projeto de extrema relevância considerando, como as próprias pesquisadoras apresentam “O estudo aborda os conceitos de emancipação social, assistencialismo e apresenta um breve referencial teórico da psicologia social, comunitária e a Política Nacional de Assistência social. Após a realização dos procedimentos desta pesquisa, será apresentada a análise dos dados de acordo com a metodologia da análise de conteúdo.”

- O protocolo, em geral, apresenta de modo organizado. Como se trata de um projeto de pesquisa para graduação no curso de Serviço Social, entende-se que o protocolo atende a Resolução 466/12 estando adequado para ser desenvolvido.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Folha de Rosto – todos os campos foram preenchidos, datados e assinados, com identificação

Endereço:	Avenida Teotônio Segurado, 1501 Sul Prédio 5 Sala 541		
Bairro:	Plano Diretor Sul	CEP:	77.019-900
UF:	TO	Município:	PALMAS
Telefone:	(63)3219-8076	Fax:	(63)3219-8005
		E-mail:	etica@ceulp.edu.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
LUTERANO DE PALMAS -
ULBRA**



Continuação do Parecer: 2.893.111

dos signatários. As informações prestadas são compatíveis com as do protocolo. A identificação das assinaturas contém, com clareza, o nome completo e a função de quem assinou, bem como está indicada por carimbo.

- Orçamento financeiro - detalha os recursos e destinação, apresentado em moeda nacional e explicita no projeto quem custeará a pesquisa.

- Cronograma - descreve a duração total e as diferentes etapas da pesquisa.

- TCLE: Elaborado em forma de convite, inclui informações quanto aos objetivos e os procedimentos; entretanto não consta a justificativa; explicitação dos possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, além da apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano, considerando características e contexto do participante da pesquisa; esclarecimento sobre a forma de acompanhamento e assistência a que terão direito os participantes da pesquisa; garantia de plena liberdade ao participante da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma; garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa; garante que o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; explicitação da garantia de ressarcimento e como serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes; explicitação da garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa. Refere ser elaborado em duas vias e não garante espaços em todas as páginas para colher assinaturas do convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, bem como do pesquisador responsável, ou pela (s) pessoa (s) por ele delegada (s), com identificação do endereço e contato telefônico dos responsáveis pela pesquisa e do CEP local. Cumpriu as exigências éticas expressas na CNS nº 466/12.

- Declaração de Compromisso do Pesquisador Responsável - devidamente assinada e declarando que prezar pela ética instituída pela CNS nº 466/12 e suas complementares, entre elas destaca a Norma Operacional da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP nº 001/13.

- Documento da Instituição Campo Autorizando o Estudo – emitido pela Secretária de Municipal de Desenvolvimento Social carimbado e assinado pelo secretário Executivo.

- Projeto de pesquisa - anexado de forma correta.

- Instrumentos de coleta – construídos em conformidade com os objetivos da pesquisa.

- Os currículos das pesquisadoras atendem as exigências para esta pesquisa.

Recomendações:

- Conforme item XI (DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL) na Resolução CONEP 466/12, destacamos

Endereço: Avenida Teotônio Segurado, 1501 Sul Prédio 5 Sala 541			
Bairro: Plano Diretor Sul		CEP: 77.019-900	
UF: TO	Município: PALMAS		
Telefone: (63)3219-8076	Fax: (63)3219-8005	E-mail: etica@ceulp.edu.br	

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
LUTERANO DE PALMAS -
ULBRA**



Continuação do Parecer: 2.893.111

apenas como lembrete:

XI.2 - Cabe ao pesquisador:

- c) desenvolver o projeto conforme delineado;
- d) elaborar e apresentar os relatórios parciais e/ou finais;
- f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa;
- g) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;
- h) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1089073.pdf	22/08/2018 23:56:31		Aceito
Outros	Carta.pdf	22/08/2018 23:54:44	SUIANE RIBEIRO LUZ FREITAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	TCC.pdf	22/08/2018 23:53:02	SUIANE RIBEIRO LUZ FREITAS CORTES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	22/08/2018 23:50:51	SUIANE RIBEIRO LUZ FREITAS CORTES	Aceito
Outros	Questionario.pdf	01/08/2018 13:14:56	SUIANE RIBEIRO LUZ FREITAS	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	11/07/2018 18:42:17	SUIANE RIBEIRO LUZ FREITAS	Aceito
Outros	Autorizacao2.pdf	11/07/2018 18:37:58	SUIANE RIBEIRO LUZ FREITAS	Aceito
Outros	Autorizacao1.pdf	11/07/2018 18:37:24	SUIANE RIBEIRO LUZ FREITAS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao.pdf	11/07/2018 18:06:14	SUIANE RIBEIRO LUZ FREITAS	Aceito

Endereço: Avenida Teotônio Segurado, 1501 Sul Prédio 5 Sala 541
Bairro: Plano Diretor Sul **CEP:** 77.019-900
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3219-8076 **Fax:** (63)3219-8005 **E-mail:** etica@ceulp.edu.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO
LUTERANO DE PALMAS -
ULBRA



Continuação do Parecer: 2.893.111

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 13 de Setembro de 2018

Assinado por:

Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma
(Coordenador)

Endereço: Avenida Teotônio Segurado, 1501 Sul Prédio 5 Sala 541
Bairro: Plano Diretor Sul **CEP:** 77.019-900
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3219-8076 **Fax:** (63)3219-8005 **E-mail:** etica@ceulp.edu.br